

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

HT-50

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A MULHER DESMOBILIZADA

**Um estudo sobre a desmobilização e reintegração da mulher na cidade
de Maputo**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Manuela José Francisco Madeira

Supervisor: Dr. João Paulo Borges Coelho



Maputo, 1999

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

94:32:396
M181 cm 04

F. LETRAS U. E. M.	
R. E.	27349
DATA	04/ julho/00
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	HT-50

DEDICATÓRIA

Ao Éarnan, Colm e Malua com amor e carinho.

Aos meus pais, em reconhecimento da sua incomensurável dedicação para a minha educação e formação, aos meus irmãos e amigos pelo carinho e solidariedade demonstrados.

AGRADECIMENTOS

Expresso os meus profundos agradecimentos a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Tributos especiais vão para o meu supervisor Doutor João Paulo Borges Coelho que teve a gentileza de ler e comentar este trabalho.

Ao meu querido marido Éarnan, meus filhos Colm e Malua que tudo fizeram para que a realização deste trabalho se tornasse possível.

A minha irmã Alice, ao meu amigo Zonjo pelo grande apoio prestado.

ABREVIATURAS

AGP	Acordo Geral de Paz
ADEMIMO	Associação dos Deficientes Militares e Para- militares de Moçambique
AMODEG	Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
CAs	Centros de Acantonamento
CCF	Comissão de Cessar Fogo
CCFADM	Comissão Conjunta para Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
COMIVE	Comissão Mista de Verificação
COMPOL	Comissão Nacional de Assuntos Policiais
COMINFO	Comissão Nacional de Informação
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CORE	Comissão de Reintegração
CSC	Comissão de Supervisão e Controlo
CTNAs	Centros de Tropas Não Acantonáveis
DF	Destacamento Feminino
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FAM	Forças Armadas de Moçambique
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique

FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MDN	Ministério de Defesa Nacional
MANU	Maconde African National Union
NU	Nações Unidas
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OIM	Organização Internacional de Migrações
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRE	Programa de Reabilitação Económica
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SMO	Serviço Militar Obrigatório
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SIR	Serviços de Informação e Referência
UNAMI	União Nacional de Moçambique Independente
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique

RESUMO

A partir de um estudo de caso na Cidade de Maputo, através de uma pesquisa bibliográfica e documental, associada à trabalho de campo, pretendemos entender como a mulher ex-militar tomou parte do processo de desmobilização e dos programas de reintegração que ocorreram no âmbito do Acordo Geral de Paz.

Sobre a desmobilização da mulher ex-militar na cidade de Maputo, verificamos que: (i) pouco sabiam do funcionamento das comissões de trabalho e outros órgãos ligados ao processo de desmobilização e reintegração por falta de informação; (ii) por constituírem um número inferior em relação aos homens desmobilizados, a sua desmobilização e reintegração mereceram pouca atenção; (iii) por terem sido recrutadas muito novas, sem qualquer formação relevante e terem permanecido no exército durante muito tempo as desmobilizadas mal conseguem encontrar trabalho ou desenvolver alguma actividade que permita obter rendimentos para o auto-sustento; (iv) por serem mulheres com responsabilidades familiares e com idades já avançadas estão sujeitas a várias discriminações.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 2: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRAS EM MOÇAMBIQUE	11
CAPÍTULO 3: O ACORDO GERAL DE PAZ E A DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE EX-COMBATENTES.....	23
1.1 O ACORDO GERAL DE PAZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO.....	23
1.2 A DESMOBILIZAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES	27
1.2.1. <i>Especificidades da desmobilização das mulheres.....</i>	<i>30</i>
1.3 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E REINTEGRAÇÃO	33
1.3.1. <i>A mulher desmobilizada e os programas de reintegração.....</i>	<i>35</i>
1.3.2. <i>Benefícios dos programas de reintegração.....</i>	<i>37</i>
CAPÍTULO 4: PERFIL ACTUAL DAS MULHERES DESMOBILIZADAS.....	39
1.4 NÍVEL DE ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO DAS MULHERES DESMOBILIZADAS	39
1.5 OCUPAÇÃO DAS MULHERES DESMOBILIZADAS.....	45
1.6 LOCAIS DE ORIGEM E DE RESIDÊNCIA.....	55
1.7 ESTADO CIVIL E TEMPO DE PERMANÊNCIA NO EXÉRCITO	58
CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO.....	60
ANEXOS	64
BIBLIOGRAFIA.....	71

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

A assinatura do Acordo Geral de Paz em Moçambique, em 1992, marcou o fim do conflito armado que assolou o país durante 17 anos. O processo de paz passava pela implementação de medidas de estabilização a vários níveis, incluindo a movimentação, concentração, desmobilização das forças militares no território, grupo este visto como potencial perigo para a paz.

O processo de desmobilização das forças da RENAMO e do Governo abrangeu cerca de 100.000 ex-militares. Esse processo culminou mais tarde com a implementação de programas de apoio aos desmobilizados de modo a garantir a sua reintegração na vida civil.

A problemática da desmobilização articulada com a questão da reintegração tem sido objecto de análise por parte de vários especialistas que procuram uma melhor compreensão do mesmo. É assim que, em matéria da desmobilização, duas grandes vertentes podem ser identificadas:

- (i) uma considera que os desmobilizados não podem ser vistos como um grupo específico dentro da sociedade, dado que grande parte da população em geral atravessa os mesmos problemas vividos pelos desmobilizados, e portanto são problemas de todo o país;
- (ii) outra defende que os desmobilizados são um grupo especial a ser considerado, porque representam uma variável importante na preservação da paz, para se evitar

o regresso à guerra. Considera que, na prática, deve ser dada prioridade especial à população desmobilizada, devido a ameaça potencial que representa para o processo de paz e sua reintegração, caso não atinja níveis satisfatórios.¹ Esta vertente faz referência à questão da dívida moral e material que o Estado tem para com os desmobilizados. Por conseguinte, há que recompensá-los pelo esforço e sacrifícios feitos durante a guerra.

De acordo com a pesquisa bibliográfica e documental realizada, verificamos que vários são os autores tratam do assunto, sendo de destacar os seguintes trabalhos:

- Sam Barnes² analisa os objectivos e impacto dos programas de reintegração dos desmobilizados em geral, implementados por várias agências internacionais envolvidas no processo; e mostra ainda o ponto de vista dos desmobilizados em relação à sua situação económica e social entre 1994 e 1997.
- Borges Coelho & Alex Vines³ procuram mostrar como decorre todo o processo de desmobilização através da sua caracterização, pondo em evidência a situação sócio-económica e política que o país atravessa, na análise do processo de reintegração.

¹ Borges Coelho, João Paulo & Vines, Alex, 1994, "Pilot study on demobilization and reintegration of ex-combatents in Mozambique", Oxford:39

² Barnes, Sam, 1997: "The socio-economic reintegration of demobilized soldiers in Mozambique: The soldiers view", Maputo, UNDP
Barnes, Sam, 1997, "Reintegration programmes for demobilised soldiers in Mozambique", Maputo, UNDP. Este estudo faz parte de um conjunto de documentos produzidos pelo PNUD sobre o processo de reintegração dos desmobilizados.

³ Borges Coelho, João Paulo & Vines, Alex, 1994, "Demobilization and reintegration of the ex-combatents in Mozambique", Oxford

- Salienta-se também a contribuição de Pardoel⁴ que apresenta dados estatísticos sobre o envolvimento dos ex-militares em programas das agências internacionais envolvidas no processo de desmobilização.

Verificamos que das várias contribuições existentes, poucas⁵ procuram equacionar devidamente a questão da mulher desmobilizada, ou seja compreender o seu papel na guerra, a sua desmobilização e reintegração na sociedade, quais as implicações ou lições a tirar deste processo, etc..

Este trabalho pretende mostrar em que medida a mulher ex-militar da cidade de Maputo participa no processo de paz, desmobilização e reintegração. A motivação para analisar a situação das mulheres desmobilizadas é entender quais são as razões da existência de número inferior de mulheres desmobilizadas, isto é 1380⁶, dentro de um universo de cerca de 100.000 homens.

⁴ Pardoel, Tom, 1994: "Demobilization in Mozambique. Socio-economic profile of the group of 92,887 demobilized soldiers as per the end of the demobilisation programme on 30.11.94, Maputo, UNDP - neste relatório, o autor faz uma análise do processo de desmobilização até a data acima referida

⁵ Srivastava, Ramesh, 1994: Reintegração de Combatentes Desmobilizados: estudo de opções e estratégias de intervenção relacionadas com a formação; Serviços de Gestão do Sistema de Formação, Genebra, OIT. Neste relatório, o autor apresenta várias propostas e modelos de reintegração dos desmobilizados dando exemplos de alguns países, dentre eles, Angola, Rwanda, Eritreia, e Moçambique. Foca também a importância da educação e formação como um aspecto importante na vida dos desmobilizados.

Tajú, Gulamo, 1993: "Desmobilização de Militares e Desemprego Urbano. Moçambique pós-guerra: diálogos e perspectivas", Maputo, CEA. O autor procura avaliar a situação actual do mercado de emprego e identifica várias componentes de desmobilizados questionando o número, perfil e as acções a serem tomadas para a sua devida reintegração. Outra questão apresentada pelo autor é a falta de capacidade do mercado de trabalho em absorver a mão de obra desmobilizada, deslocada, e refugiada e o impacto que o fim da guerra terá no mercado de trabalho

Borges Coelho, João Paulo & Vines, Alex, 1994: "Demobilization and Reintegration of ex-combatents in Mozambique.", Oxford. Este trabalho que constitui um estudo de caso da província da Zambézia, e foca detalhadamente a situação dos desmobilizado numa dada altura. Os autores abordam a questão da formação, educação dos desmobilizados, seu relacionamento com familiares, etc.

Malache, Adriano Manuel Amade, 1997: "Utilização e desenvolvimento de recursos humanos nos programas de desmobilização e reintegração. Formas de sobrevivência e expectativas de combatentes desmobilizados no distrito de Boane", Maputo, UEM. Trabalho de Licenciatura. Neste trabalho o autor faz um estudo recente sobre a desmobilização e reintegração dos desmobilizados no distrito de Boane. Indica os objectivos a curto, médio e longo prazos, evidência o papel da formação e educação como um factor importante na vida dos ex-militares, explora as perspectivas quer das instituições envolvidas como dos próprios desmobilizados. Também revela a questão da pobreza e outros problemas ainda por resolver.

⁶ Pardoel, Tom, 1996: "Demobilization Programme in Mozambique", Review Report; Maputo, United Nation Operation in Mozambique. Este número estimado de desmobilizadas varia consoante os registos das instituições envolvidas. Durante a nossa pesquisa constatamos que o número varia entre 92.000 e 105.000 desmobilizados de guerra em todo o país, e que a percentagem calculada para o

Assim, tomamos como hipóteses de trabalho, os seguintes aspectos:

- Quanto maior fôr o clima de guerra, maior é a mobilização de homens e mulheres;
- Num clima de paz frágil, como é a situação existente no fim da guerra, maior é a necessidade de assegurar a estabilidade do país através da desmobilização de efectivos; pelo seu número reduzido, a mulher desmobilizada não será prioridade para os programas de reintegração.

No decorrer desta pesquisa procuramos igualmente retratar:

- (i) as diferenças que se podem identificar entre homens e mulheres dentro da estrutura militar;
- (ii) outros factores que se associam ao número inferior de mulheres que foram desmobilizadas;
- (iii) as relações que se podem estabelecer entre a mulher militar e as actividades de carácter social por elas executadas durante a guerra.

Para a realização deste trabalho foi escolhida a cidade de Maputo como área de estudo. Esta escolha permitirá fazer uma leitura da realidade da mulher desmobilizada tendo em conta o contexto urbano. Deste modo, a nossa escolha tem a ver com:

número de mulheres é de 1,38%. Para a cidade de Maputo, o número total de mulheres é de 79
OIM, 1996: "Lista de Mulheres Desmobilizadas", Julho, verificamos que do total de 534 mulheres no país apenas 18 constituem o universo da Cidade de Maputo.
Por considerarmos mais abrangente os registos da United Nations Operations in Mozambique, para este trabalho consideramos 100.000 como o número total de desmobilizados em todo o país, 1380 o número total de mulheres desmobilizadas, e finalmente 79 será o nosso universo de mulheres para a cidade de Maputo.

- (i) o facto de a cidade de Maputo possuir grandes e importantes infraestruturas militares, onde as mulheres estiveram afectas durante o cumprimento do serviço militar⁷;
- (ii) o facto de existir uma grande concentração de instituições de trabalho, de formação profissional, de ensino, agências internacionais e associações viradas para programas de desenvolvimento e outras que velam pelos interesses das mulheres na sociedade civil.

Por outro lado considerou-se como limites cronológicos, o período durante o qual se implementou o Acordo Geral de Paz.

Para a abordagem utilizamos o método indutivo, *"aquele cuja aproximação dos fenómenos caminha geralmente para planos mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente)* e o método dedutivo que *"partindo de teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência de fenómenos particulares (conexão descendente)."*⁸

A realização do estudo começou com uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, que tinha como objectivo fazer um levantamento da literatura organizada sobre a mulher na guerra e o processo de paz.

⁷ Queremos afirmar que as mulheres afectas nas várias instituições militares da cidade de Maputo apenas diz respeito as ex-militares das forças governamentais por nós aqui entrevistadas. Relativamente as mulheres ex-militares da RENAMO, devido a característica da guerra estas se encontravam nas zonas ocupadas pela RENAMO estabelecidas for a dos centros urbanos.

⁸ E.M. Lakatos; M.de Andrade Marconi, 1989-: Metodologia de Trabalho Científico, São Paulo.

As abordagens existentes sobre o tema podem ser classificadas em grupos temáticos:

- a) Guerra - estudos sobre a participação feminina nas guerras em Moçambique desde a guerra de libertação nacional, até a guerra civil. Fizemos também algumas leituras sobre a participação de mulheres na guerra em outros países, como África do Sul, Sri Lanka, e Namíbia. Tentámos analisar também as relações entre homens e mulheres dentro da estrutura militar em Moçambique.⁹
- b) Acordo Geral de Paz - consistiu na leitura sobre a concretização do AGP em 1992, incluindo as componentes que fizeram parte deste processo. Podemos aqui destacar os Boletins da República¹⁰ sobre o Acordo Geral de Paz, que apresentam as decisões tomadas durante o AGP.
- c) Desmobilização - consistiu na leitura sobre a questão da desmobilização, não só em Moçambique como também em outros países. Ainda dentro deste tema, a participação da mulher foi tomada como referência na análise do processo de desmobilização.

⁹ Nordstrom, Carolyn, 1991.: "Women and War: observations from the field", in, *Minerva*: Quarterly report on Women and the Military, Vol. IX, Spring: 1-15

Neste artigo, esta autora faz uma abordagem sobre a participação da mulher na guerra dando exemplos de mulheres dentro do movimento de guerrilha Tamil no Sri Lanka, e as mulheres da Renamo em Moçambique. Aborda ainda a questão da importância da mulher nas guerras mostrando até que ponto elas são usadas como propaganda político-militar.

Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO, 1985, "Nasce uma Nação: a Luta de Libertação da Namíbia, Londres, Zed Press.

Neste artigo, podemos constatar através de testemunhos, o que foi a participação feminina na guerra de libertação da Namíbia. É discutida a questão da mentalidade masculina em relação a participação da mulher na luta. É posta em evidência a contribuição da mulher nas várias manifestações contra a ocupação alemã e sul africana.

Muianga, Elisa, 1995.: "Mulheres e Guerra: reintegração social das mulheres regressadas das zonas da Renamo no distrito de Mandlakazi", in *Arquivo*, N. 18, Maputo, AHM. Esta autora faz uma análise da participação da mulher na guerra civil no distrito de Mandlakazi.

Isaacman, Bárbara & Vines, Alex, 1995: *A Mulher Moçambicana no processo de libertação*, Maputo, INLD. Este trabalho é uma análise da contribuição da mulher durante a luta de libertação nacional.

¹⁰ Assembleia da República, 1995, *Acordo Geral de Paz*, Boletim da República. Através dos seus protocolos, este documento inclui as decisões tomadas como resultados das conversações iniciadas nos finais da década 80.

Acordo Geral de Paz, 1992; Assembleia da República.; e o Boletim da República (1992); I. Série, N. 42. A semelhança de outro Boletim da República de 1995, também estão incluídas decisões tomadas sobre o processo de paz.

d) Outros - o nosso interesse esteve virado, também, para o estatuto da mulher em Moçambique, para alguns programas de desenvolvimento, para literaturas que explicam alguns conceitos que achamos importantes para este trabalho, como a educação, formação profissional, e ocupação.

Por outro lado, entre Fevereiro a Março de 1998 realizámos 32 entrevistas semi-estruturadas com objectivo de captar momentos de guerra nas pessoas. Assim, as entrevistas foram dirigidas a pessoas que detêm posições de liderança, do Ministério de Defesa Nacional, da RENAMO, Liga Feminina e AMODEG.

Entrevistamos ainda indivíduos desmobilizados, tanto do sexo masculino como feminino, e grupos de desmobilizados que durante a guerra pertenceram às mesmas unidades, secções, por exemplo ao mesmo pelotão. Por fim, ouvimos indivíduos cujo conhecimento é importante para a análise em questão.

Realizamos também observações, onde pudemos verificar determinados aspectos relacionados com a área em estudo. Tal ocorreu porque algumas situações reflectem o quotidiano dos indivíduos e das comunidades. No terreno, observamos o tipo de habitação das desmobilizadas, a sua localização, o relacionamento com as famílias e vizinhos, e a estruturas locais tais como os chefes de quarteirão e os secretários dos bairros.



Os bairros visitados foram Laulane, Zona Militar, Zimpeto e Maxaquene. A escolha da Zona Militar deveu-se à grande concentração de militares, como resultado das infraestruturas militares ali existentes. Relativamente à outros bairros, por estarem localizados nas zonas periféricas da cidade de Maputo, pensamos que as pessoas são mais sensíveis a qualquer aspecto que traga instabilidade, e neste caso, os desmobilizados são conotados com a “guerra” que destruiu as suas habitações, machambas, gado, entre outros bens.

Houve um conjunto de factores que criaram obstáculos na presente pesquisa. O primeiro é o facto do tema da reintegração tocar as sensibilidades das entrevistadas. Refira-se ainda que algumas das entrevistas foram efectuadas na presença de dirigentes dos partidos, o que não permitia que as entrevistadas se expressassem à vontade.

Constatámos ainda a existência de dois tipos de discursos por parte das entrevistadas. Em público, afirmavam que “*estava tudo bem no exército, não havia discriminação nem desigualdades entre homens e mulheres*”. Contudo, em privado, afirmavam o contrário, nomeadamente que “*houve muitas mulheres violadas*” e que “*o meu primeiro bebé é filho do tenente...*”.

A disparidade de dados entre as instituições envolvidas e a falta de acesso ao banco de dados do Arquivo Histórico de Moçambique sobre os desmobilizados limitaram também a investigação. No entanto, procuramos submeter os dados que estiveram ao

nosso alcance à uma análise crítica, a fim de separarmos as opiniões e os juízos de valor dos juízos dos factos.

O trabalho apresenta-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, começamos por analisar a questão da participação feminina nos conflitos armados que ocorreram no país. No segundo capítulo, tentamos fazer a análise histórica em que se inscreve o processo de desmobilização das forças militares, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz, até a implementação dos programas de reintegração. Mais adiante, fazemos uma abordagem sobre as especificidades da desmobilização das mulheres e de que forma as ex-militares mulheres tomaram parte dos programas de reintegração. No terceiro capítulo, através da apresentação do perfil das desmobilizadas, é avaliado o impacto do seu envolvimento no processo de desmobilização. Depois da apresentação dos capítulos, temos a conclusão do trabalho, seguido dos anexos, bibliografia e por fim o guião de entrevistas.

CAPÍTULO 2: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS GUERRAS EM MOÇAMBIQUE

Em 25 de Junho de 1962 foi criada a Frente de Libertação de Moçambique, como resultado da fusão das três organizações nacionalistas então existentes, nomeadamente: a União Democrática Nacional de Moçambique a União Nacional para Moçambique Independente e a *Maconde African National Union*. Com a criação da FRELIMO, na Tanzânia, homens e mulheres de diferentes pontos do país começaram a imigrar de forma clandestina para o norte do país, indo juntar-se aos outros combatentes que partilhavam do mesmo ideal político.¹¹

Desde o início, as mulheres participaram nas actividades nacionalistas que culminaram com a decisão da FRELIMO de empreender uma luta armada contra o colonialismo português. No sul de Moçambique, principalmente em Xai-Xai e Maputo, estudantes do sexo feminino, que eram membros do NESAM, participaram na elaboração e distribuição de material de propaganda anti-governamental. Muitas fugiram para a Swazilândia, na perspectiva de se juntarem à FRELIMO, na Tanzânia. Nestas circunstâncias, muitas mulheres foram presas.¹²

¹¹ Para mais informação relativa a história da Frelimo, do envolvimento de mulheres e homens que se juntaram a Frelimo, assim como as primeiras acções do movimento, a criação do Destacamento Feminino, o desmembramento de alguns membros que fizeram parte dos primeiros partidos mencionado no texto, e outros, vide, "Dados e Documentos da História da Frelimo" Unidade, Trabalho e Vigilância: 19-21.

¹² Isaacman, Barbara & J. Stefan, 1982: *A Mulher Moçambicana no Processo de Libertação*; Maputo, INLD: 21-23

Em 1965, surge o primeiro grupo de mulheres que por sua própria iniciativa se junta à FRELIMO. No entanto, haviam pensamentos diversos sobre a participação da mulher na luta. Assim, as primeiras contradições que surgiram no seio da FRELIMO, desde o seu início, ocorreram também por as mulheres exigirem uma participação em todas as esferas de luta. A aparente invisibilidade da mulher neste importante período, estará provavelmente ligada ao facto de a história ter sido escrita pelos homens que, consciente ou inconscientemente, se esqueceram da sua participação, acabando por reproduzir a situação dominante.¹³

Eduardo Mondlane, na sua obra "Lutar por Moçambique"¹⁴, refere:

"... uma vez em que falei num comício em Moçambique nos princípios de 1968, e o povo começou a fazer perguntas, uma mulher de uma das unidades femininas levantou-se e queixou-se de que as mulheres não eram preparadas para oficiais, de modo que todos os oficiais eram homens. E ela queria saber porquê. A razão era que nunca ninguém se tinha lembrado de promover as mulheres a oficiais. Como resultado da sua crítica, porém foi tomada a decisão de que, de futuro, as mulheres poderiam ser promovidas a oficiais se para isso tivessem qualificações e experiência ..."

¹³ Casimiro, Isabel; Andrade, Ximena, - "Construindo Uma Teoria de Género em Moçambique", in *Estudos Moçambicanos*, N.11/12, Maputo, CEA/UEM: 98-99.

¹⁴ Mondlane, Eduardo, 1968: *Lutar Por Moçambique*; Lisboa, Sá da Costa: 206

A função da mulher no exército era de mobilizar pessoas e propagar as ideias da FRELIMO, no interior de Moçambique. Segundo Isaacman & Stephen,¹⁵ no começo a mulher não participava nos combates, concentrando-se no desempenho de certas funções como o transporte de material, preparação de comida para os combatentes, mobilização dos aldeãos para apoiarem a FRELIMO, obtenção de informações através de espionagem, e prestação de apoio na área de saúde e educação. Este tipo de actividades não lhe possibilitava atingir postos de oficiais. Entretanto, houve a necessidade de integrá-la mais activamente na luta, razão essa que levou à criação do Destacamento Feminino (DF)¹⁶, em 1967. Esta secção, velava pelos assuntos das mulheres envolvidas na guerra. Para além das funções acima referidas, as mulheres também recrutavam jovens de ambos sexos e protegiam militarmente a população.

A independência de Moçambique veio de certo modo alterar o curso de relações político-económico existentes entre o antigo regime colonial português e os regimes do *Apartheid* e o da Rodésia. Como resultado, logo após a independência em Junho de 1975, o país começou a viver um clima de instabilidade criado pelos regimes acima mencionados.

Em 1976 o governo de Moçambique implementa as sanções das Nações Unidas contra o regime da Rodésia encerrando as fronteiras. Economicamente, o país começou a atravessar grandes dificuldades, dificuldades essas que foram agravadas pelos

¹⁵ Isaacman, Barbara & Stephen, June, 1978; "Women, the Law and Agrarian reform in Mozambique"; CEA 45/E; pp. 10-14

¹⁶ Frelimo, Destacamento Feminino; The Mozambican Women in the Revolution, 1969

constantes ataques a alvos económicos moçambicanos, e aos guerrilheiros e refugiados zimbabweanos dentro do território. Mais tarde, a guerra intensificou com a criação do Movimento de Resistência Nacional (MNR) que veio a ser conhecido mais tarde por RENAMO. Este movimento recebeu grande apoio material e técnico do regime do *Apartheid*, então no poder na África do Sul.¹⁷

Com a intensificação da guerra, houve uma necessidade de recrutar pessoas de ambas as partes. Para fazer face à esta situação, foi introduzida a Lei do Serviço Militar Obrigatório.¹⁸ Esta lei, aprovada em 1978, estabelecia que todos os cidadãos, homens e mulheres deveriam recensear-se um ano antes de completarem 18 anos idade, a partir do qual poderiam ser mobilizados para dois anos de serviço militar nas FPLM, no Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) ou noutros órgãos de defesa e segurança.

Para além do recrutamento através do SMO, houve campanhas de participação popular, quer para membros do partido, como para a defesa do país. Para esses fins existiam as organizações de massas, tais como a OMM, a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), os sindicatos e outras organizações de massas que também serviam de canais de recrutamento de jovens com idades para cumprimento do serviço militar.¹⁹ Para além destas organizações existiam também as estruturas dos bairros, tais como os Grupos Dinamizadores, e chefes de quarteirão. Houve também recrutamentos para integrarem as fileiras do exército governamental antes da introdução do SMO.

¹⁷ Minter, William, 1994:246

¹⁸ Boletim da República, 1985:129

¹⁹ Minter, W., 1994:246

Segundo Minter, durante o conflito armado em Moçambique, registou-se a ocorrência de mais recrutamentos forçados do que voluntários. Os recrutamentos forçados eram dirigidos a locais onde haviam maior concentração de pessoas dentre eles, escolas, aldeias, entre outros. Quanto aos voluntários, algumas pessoas juntaram-se por razões políticas. Outros, por serem imigrantes ilegais na África do Sul, foram integrados nas forças da RENAMO.²⁰

Num estudo realizado por Elisa Muianga²¹, sobre a participação da mulher na guerra no distrito de Mandlakazi, esta autora trata da questão do rapto de mulheres como uma forma de recrutamento mais utilizada pela RENAMO. Esta autora faz também referência a existência de duas componentes: a civil e a militar. Esta diferença é devida a separação que os novos recrutas estavam sujeitas quando chegavam as bases. Portanto as mulheres civis eram aquelas que viviam nos acampamentos dos civis e portanto executavam tarefas de carácter doméstico e social, e por sua vez, as mulheres militares nos acampamentos militar e eram designadas por DFs²². Neste ultimo local, se planeavam acções militares e servia também para guardar o material de guerra.

Pelo que constatamos da nossa amostra à semelhança do caso de Mandlakazi esta divisão de pessoas entre civis e militares existia de acordo com as nossas entrevistadas.

²⁰ Minter, William, 1994:174-175

²¹ Muianga, E., 1995:63-70

²² DFs, serve para designar Destacamento Feminino. Este termo provém da guerra de libertação de Moçambique onde existia um departamento dirigido a mulheres militares. Para mais detalhes sobre o assunto vide Muianga, E., 1995:70

Verificamos que, algumas DFs executavam trabalhos de carácter doméstico e social como nos conta uma desmobilizada:

"(...) estive na cozinha do general, cartava água, lavava roupa, mas quando eramos atacados eu tinha que desmontar a barraca, levar o material confidencial, os objectos pessoais dele e fugir." (Alice Fernando, Fevereiro/Março/98).

No que se refere às ex-militares das forças do governo, as mulheres eram enviadas para o Centro de Preparação Político-Militar no distrito da Moamba, na província de Maputo. Este centro foi o primeiro a ser dirigido inteiramente por mulheres e no qual a instrução era também dada por mulheres. Ali, as mulheres recebiam treinos de três meses no mínimo, antes de serem enviadas para qualquer outro local para cumprirem os deveres militares que lhes eram atribuídos. Podia acontecer que uma mulher ficasse mais tempo no centro dependendo das suas qualidades pessoais e das tarefas que fosse realizar mais tarde.²³

Após os treinos militares, elas eram colocadas em vários departamentos das unidades militares no país, incluindo quartéis, comissariados políticos, ministérios, centros de acomodação para militares, e comandos provinciais. Nestes locais as mulheres trabalhavam nas áreas de logisitca, economato, secretariado, comunicações, saúde e

²³ Isacaaman & Stephan, 1982,43:44

música, como nos confirma uma desmobilizada:

“Depois dos treinos militares fui colocada no posto de saúde na Matola, como socorrista. Com a ajuda de um dos militares experientes fui aprendendo como lidar com doentes em caso de emergência” (Tereza Lucas, Fevereiro/Março/98).

Devido ao carácter das actividades realizado pelas mulheres, estas não tinham possibilidades de atingir cargos de patentes, como nos conta uma das fontes entrevistada:

“As patentes não se atribuem por igualdade de circunstâncias. Elas atribuem-se pelos postos. A natureza do trabalho das mulheres não permitiu que estas ascendessem à postos de categoria de patentes. Nestes postos não podem ser coronéis, majores, capitães porque estes são especialmente postos de comando, postos para dirigir unidades, daí que nunca ouvi dizer que uma mulher é comandante de companhia, ou de batalhão. (Coronel Mataruca, Fevereiro/Março/98).

Como podemos constatar, existem aqui dois factores discriminatórios das mulheres que se reforçam mutuamente:

- (i) o da sociedade em geral, onde a mulher é subordinada à autoridade masculina devido aos aspectos sócios-culturais a que está sujeita;

- (ii) o das forças armadas como instituição. A ideia de exército associa-se aos homens, daí que toda e qualquer actividade respeitante à guerra é maioritariamente executada por homens.

A esse propósito Boaventura Santos, no extracto que se segue, afirma que:

*"O espaço doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjugues e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo da cidadania (...). Mas o patriarcado familiar é no meu entender a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família e ainda que actue sempre em articulação com outros factores" "(...) A ideologia patriarcal do espaço-tempo doméstico tende a influenciar a subordinação da mulher no mercado de trabalho sendo apropriada tanto pelo capital no espaço-tempo da produção como pelo Estado no espaço-tempo da cidadania que a institucionaliza nomeadamente no domínio do direito penal, direito da família e da segurança social."*²⁴

De acordo com esta afirmação podemos constatar que existe aqui uma transferência de comportamentos e atitudes da mulher dentro da família para o mundo do

²⁴ Santos, Boaventura, 1994: Pela mão da Alice: o social e o político na pós-modernidade, Lisboa, Edições Afrontamento: 260

trabalho. Para o nosso caso, a mulher no exército servia para alimentar, produzir para os combatentes que iam para a frente de batalha. Estas e outras funções dirigidas especialmente às mulheres, limitava-na de ter acesso aos centros de decisões política, militar, laboral e outros, pondo em questão a própria constituição da República de 1975²⁵.

De acordo com a nossa amostra, 15 mulheres desmobilizadas eram soldados rasos, considerada a categoria mais baixa dentro da estrutura militar. Apenas uma desmobilizada atingiu a categoria de Capitão, considerada a mais alta entre as nossas entrevistadas. Da nossa amostra constatámos que as patentes mais altas pertencem as mulheres da RENAMO, e as mais baixas pertencem as desmobilizadas do exército governamental.(Vide Anexo I). Quanto as razões dessas diferenças passaremos a discutilas mais adiante.

Verificamos que a atribuição de patentes as ex-militares do governo ocorreu de forma oral . Verificamos que, do grupo de desmobilizadas, apenas 8 sabiam das suas categorias pouco antes da desmobilização e coincidentemente são as ex-militares da RENAMO. As restantes desmobilizadas tomaram conhecimento no acto de desmobilização como nos revela uma das entrevistadas:

“Disseram-me que eu era tenente mas não tenho nada que confirme a minha categoria. (...)”(Josefina Sitoi, Fevereiro/Março/98)

²⁵ Constituição da República de Moçambique, 1975; -"Documentos da História de Moçambique":536; consagra o seguinte no seu Artigo N.26: Todos os cidadãos da República de Moçambique gozam dos mesmo direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres independentemente da sua cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social ou profissão"

“Como não eramos atribuídas patências depois dos treinos militares, classificaram-nos quase todas como soldados rasos na altura da desmobilização. Aquelas que tinham sorte eram capitães, maiores, mas eram poucas.” (Felizarda Sena, Fevereiro/Março/98)

Por sua vez, o critério de atribuição de patentes dentro da RENAMO requeria boa condição física, e em alguns casos, tinha a haver com o envolvimento da mulher com algum militar que ocupasse uma posição alta dentro da estrutura militar.

De acordo com Herminio de Moraes, ex-General desmobilizado da RENAMO, o critério mais comum na atribuição de patentes às mulheres eram a constituição física, e a agilidade de recolher material de comunicação, documentos confidenciais e outros haveres numa situação de perigo. Este era o critério para o patenteamento de mulheres militares.²⁶

As ex-militares mostraram-se poucos satisfeitas com a questão de patentes, porque afectou a sua reforma, segundo algumas desmobilizadas. As diferenças na atribuição de patentes às mulheres das duas partes, ter-se-á devido possivelmente à perspectiva do Governo de ter que pagar reformas aos seus ex-militares à longo prazo, enquanto a RENAMO considerava apenas o processo imediato de desmobilização e,

²⁶ Entrevista a Herminio de Moraes secretário Geral da AMODEG, antigo General desmobilizado da Renamo.

porventura os benefícios para os seus membros.

Quanto ao tempo de permanência no exército, o número mínimo de anos foi de 4 e o máximo de 30 anos. Mais de metade das nossas entrevistadas cumpriu mais de 10 anos no exército como resultado de desmobilizações irregulares.

Com base nesta exposição, pudemos concluir que as mulheres foram parte integrante do conflito armado, e que o seu recrutamento foi na maior parte das vezes compulsivo. Por um lado constatamos que, por ser uma guerra de guerrilha, o rapto foi o forma de recrutamento mais usada pelo movimento rebelde em questão. Por outro lado, o recrutamento de pessoas pelo Governo foi com base na lei aprovada para o efeito, oferecendo poucas alternativas de escolha ao cidadão.

Quanto ao papel desempenhado pela mulher na guerra, pudemos concluir que a ideia de que o "exército é para homens", coloca a mulher numa posição de inferioridade dentro da hierarquia militar. Verificamos, também, que tende a existir alguma controvérsia entre o que é reportado oficialmente e o que encontramos no terreno sobre este assunto. Por vezes, ela assume o papel clássico da mulher como tomar conta das crianças, preparar alimentos, velar pelos mais idosos, etc., e por outro lado, a mulher é aquela que luta, que ataca o inimigo, ou seja que participa na frente com os homens. Apesar de todas estas atribuições, elas são excluídas dos centros de decisões por representarem quase sempre um número inferior em relação aos homens. A justificação que nós encontramos é que a "guerra" é vista como um assunto de homens, e feita por

homens, daí que a mulher vai encontrar várias dificuldades para fazer valer os seus direitos.

CAPÍTULO 3: O ACORDO GERAL DE PAZ E A DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE EX- COMBATENTES

Neste capítulo pretendemos mostrar o contexto histórico em que se inscreve o processo de desmobilização das forças militares em Moçambique, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz até a implementação dos programas de reintegração económica e social dos desmobilizados.

1.1 O Acordo Geral de Paz e sua implementação

A 4 de Outubro de 1992 foi assinado em Roma o Acordo Geral de Paz entre o Governo e a RENAMO, marcando o fim do conflito armado que durou cerca de 17 anos. O Acordo Geral de Paz estabelecia, entre outras disposições, a participação das Nações Unidas na mediação das negociações entre as partes, no processo de implementação das actividades previstas no processo de paz.²⁷

A pacificação do país foi vista como uma necessidade urgente, razão pela qual a questão militar mereceu atenção especial. Para efeitos de fim do conflito armado, foram identificadas quatro fases: o cessar fogo, que entraria em vigor no Dia E²⁸; a separação das duas forças militares beligerantes; a concentração de forças para reduzir a

²⁷ Boletim da República, 1992

²⁸ "Dia E", serve para indicar o dia em que a Assembleia da República aprovou o Acordo Geral de Paz, a 14 de Outubro de 1992

movimentação de tropas, o risco de reencontros, para permitir a ajuda logística, e por último a desmobilização das forças militares.

A formação de um exército unificado constituiu também um dos objectivos centrais do processo de paz. Apesar do desentendimento inicial entre a RENAMO e o Governo quanto ao número de soldados que iriam fazer parte do novo exército, ficou estabelecido que, as futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique deveriam ter 30.000 homens distribuídos de forma igual entre a RENAMO e o Governo.²⁹

Segundo Borges Coelho & Vines³⁰, a falta de entendimento deveu-se ao facto da RENAMO dispôr de um número insuficiente de militares para atingir a sua quota prevista no novo exército, e acima de tudo pretender limitar o poder militar do Governo. Pelo contrário, a preocupação do Governo consistia em formar um exército maior para absorver o maior número possível dos seus soldados, que desmobilizados, ficariam sem ocupação.

Ainda dentro das Questões Militares, o AGP decidiu também a retirada de forças malawianas e zimbabweanas estacionadas ao longo dos corredores da Beira, Limpopo e Nacala.

²⁹ Ministério de Defesa Nacional, 1994: "Desmobilização e Reintegração Pós-Guerra: resumo da experiência de Moçambique":5; citado por Malache, A.M, 1997, no seu trabalho de Licenciatura sob tema: "Utilização e Desenvolvimento de Recursos Humanos nos Programas de Desmobilização e Reintegração", Maputo, :7-15

³⁰ Borges Coelho, João Paulo & Vines, Alex, 1996: "Desmobilização e reintegração de ex-combatentes em Moçambique", in Arquivo, N.19, Maputo, AHM:36.

Ainda no contexto do processo de paz, foi acordada abertura à criação de partidos políticos, a criação de uma comissão da polícia e a realização de eleições gerais, o mais tardar até ao dia 15 de Outubro de 1993³¹,

Porque o conflito armado não somente envolveu militares, mas também provocou grandes movimentações de populações, o AGP previa a prestação de assistência humanitária que estaria sob responsabilidade do Gabinete de Coordenação da Assistência Humanitária, (UNOHAC). A assistência seria dirigida aos refugiados, deslocados, soldados desmobilizados e populações afectadas pela fome, cujo número era estimado entre 5 a 6 milhões de pessoas³². No âmbito da ajuda humanitária, o processo de paz contou com a colaboração de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) que implementaram mais de um terço dos programas de assistência humanitária³³.

Entretanto, para funcionamento, implementação e supervisão das decisões tomadas pelo AGP foram criadas comissões de trabalho conjuntas compostas por membros do Governo, RENAMO, Nações Unidas, e dos países acordados entre as partes. Estas comissões funcionariam na capital do país e nas províncias. É dentro desta perspectiva que, para o controle político global do cessar fogo, foi estabelecida, em Novembro de 1992, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC). Esta comissão foi o principal órgão coordenador e controlador da implementação do AGP. Garantia a

³¹ Acordo Geral de Paz, 1992:15-37. As Questões Militares” estabelecida no “Protocolo IV”, previa também a desmobilização e reintegração das forças militares, o funcionamento da SNASP e a despartidarização e reestruturação das forças policiais. Para uma análise mais detalhada sobre o assunto, vide referência indicada.

³² Borges Coelho, João Paulo & Vines, Alex, 1996:8

³³ Para mais informações sobre a contribuição das ONGs na assistência humanitária, vide: Barnes, Sam, 1997, : As ONGs em operações de manutenção de paz: o seu papel em Moçambique”, in *Arquivo*, N.21, Maputo, AHM: 53-76

implementação das medidas estabelecidas pelo acordo, supervisionava e coordenava outras comissões que se lhe subordinavam nomeadamente, a Comissão de Cessar-Fogo (CCF), a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), a Comissão para a Reintegração do Pessoal Militar Desmobilizado (CORE). Foram criadas outras comissões de trabalho tais como a Comissão Nacional de Informação (COMINFO), a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a Comissão Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL), e a Comissão Nacional da Administração Territorial. Na sequência da retirada dos actores externos do conflito como um passo previsto no acordo inicial, foi também criada a Comissão Mista de Verificação (COMIVE), que funcionou numa fase preliminar do Acordo de Paz.³⁴

O acordo de paz, reconhecia também a legitimidade do Governo, suas leis e estruturas, assim como a constituição vigente até à realização de novas eleições.

O processo de paz sofreu alguns atrasos sendo a causa principal a falta de confiança entre as partes. Porém, registaram-se outros atrasos que incluíam a falta de definição dos Centros de Acantonamento (CAs), as exigências constantes da RENAMO sobre habitação e transporte e outros, que levaram à recalendarização do processo.

³⁴Costa, Inês Nogueira da; De Lemos, M.; Borges Coelho, J.P., 1995: "Arquivo Histórico de Moçambique e a Documentação do Processo de Paz", in *Arquivo* n. 17, AHM, Maputo: 184-221

1.2 A desmobilização das forças militares

Dentro do conjunto de medidas aprovadas para o término do conflito armado, a desmobilização de forças militares constituiu uma das fases mais decisivas para a estabilidade do país. A desmobilização significava acabar com a máquina de guerra, isto é desmantelar as forças militares envolvidas no conflito armado através da passagem da condição de militares para a de cidadãos civis. O processo de desmobilização consistiria na recolha de armas e de outros materiais de guerra, na posse das forças a serem desmobilizadas, e outros de forma a se evitar o regresso a guerra.

A desmobilização das forças militares ocorreu nos CAs e teve seu início a 30 de Novembro. Para o processo, foram criados 49 CAs, sendo 20 para a Renamo e 29 para o exército governamental³⁵. Esses locais foram apetrechados com o registo de todos os beneficiários do programa de desmobilização, gestão dos dados sobre soldados registados, provisão de subsídios de desmobilização, sistema de saneamento, sistema de informação e logística, transporte, para os ex-militares e suas famílias.³⁶

Fora dos CAs, foi estabelecido que se cumpriria com os programas de emergência que se registavam no país, cuja ajuda consistia no fornecimento de alimentos, sementes

³⁵ Nos CAs, procedia-se a entrega ao soldado de um conjunto de roupa civil, calçado, cartão do desmobilizado, subsídio de desmobilização de 3 meses em forma de adiantamento, transporte para o local de origem indicado pelo desmobilizado, incluía também instrumentos de trabalho e alimentos. Por sua vez, o desmobilizado entregava a sua respectiva arma e as autoridades consumavam a desmobilização. Uma vez fora dos CAs, o desmobilizado iria receber um subsídio de 6 meses pago pelo governo e outro de 18 meses financiado pela comunidade internacional. O referido subsídio seria pago pelas autoridades na sua zona de origem ou para onde os desmobilizados decidissem estabelecer-se.

³⁶ Programa Consolidado de Assistência Humanitária, 1994; Departamento das Nações Unidas para Assuntos Humanitários: 11

para cultivo, instrumentos agrícolas, transporte das pessoas para os seus locais de origem.³⁷ Este programa era dirigido à população deslocada e refugiada de guerra.

Ainda dentro do contexto de acantonamentos de tropas, havia a questão de tropas que iam para os Centros de Tropas Não Acantonáveis (CTNAs). Estes centros diziam respeito a tropas que deveriam continuar em funções durante o processo de desmobilização. Faziam parte deste grupo militares que protegiam edifícios públicos, responsáveis das ambas partes e outros. Da parte da RENAMO faziam parte do grupo de tropas não acantonáveis, crianças soldados, tropas femininas, e deficientes.

Entretanto, à semelhança de algumas situações ocorridas durante a implementação do AGP, o processo de desmobilização foi marcado por vários incidentes ocorridos nos CAs. A princípio eram as questões mais práticas como saneamento, alimentação, acomodação. Mais tarde, a longa permanência das tropas nos locais de acantonamento aumentou o clima de desconfiança entre as partes, criando ao mesmo tempo certa insegurança no seio das tropas. As exigências tornaram-se mais intensas com as forças a exigirem a sua desmobilização imediata. De entre os incidentes contam-se a pilhagem de lojas e edifícios, bloqueio de estradas, ameaças ao pessoal das Nações Unidas e outros.³⁸ Contudo, apesar dos incidentes a desmobilização de forças terminou oficialmente a Agosto de 1994.

³⁷ Esta ajuda de emergência foi seguida de alguns programas designados por "programas de desenvolvimento a mais longo prazo". Segundo Borges Coelho & Vines, 1996, :42-43, o ponto de partida destes programas "era que a economia moçambicana tinha fraca capacidade para absorver combatentes desmobilizados numa vida civil estável considerava-se que 50% dos soldados a desmobilizar estariam inclinados a seguir actividades agrícolas de pequena escala". Por sua vez, esses programas iriam reduzir o impacto sobre as comunidades e a sociedade em geral.

³⁸ Para mais informação relativa aos incidentes ocorridos nos CAs vide Borges Coelho & Vines, op.cit.:26-31

A desmobilização de forças ocorreu também nos CTNAs. Como referimos anteriormente, estes centros diziam respeito às tropas que na altura da desmobilização tinham que continuar em funções, por essa razão, ex-combatentes foram desmobilizadas em quartéis, ministérios e outras instituições.

O processo de desmobilização abrangeu os desmobilizados ao abrigo do AGP, o que esteve na origem de alguma confusão. Existiam as tropas recrutadas no âmbito do Serviço Militar Obrigatório (SMO)³⁹ e que até a data da desmobilização ainda integravam as forças militares do Governo, havia outro grupo de soldados que tinham sido antigos combatentes e que até a data da desmobilização ainda estavam no activo; forças privadas e milicianas, militares recrutadas logo após a independência nacional.⁴⁰, entre outros.

Apesar de toda a frustração dos desmobilizados, devido aos atrasos verificados na desmobilização das tropas, pode-se considerar que este processo correu de forma positiva, e foi um passo importante para a estabilização do país. Para além da desmobilização das forças da RENAMO e do Governo, estiveram também envolvidas outras forças abrangidas pelo AGP.

³⁹ O Serviço Militar Obrigatório (SMO), estabelecida pela Lei 4/78 de 23 de Março, previa a obrigatoriedade de todo o cidadão moçambicano de participar na defesa da pátria. Para mais informação vide: "Boletim da República"; série I, N.40:129; Outubro/85: Ainda sobre o SMO, a desmobilização dos soldados recrutados com base na Lei 4/78 do SMO, nunca foi cumprida sistematicamente, nem planificada, pois a capacidade de recrutamento era mais intensa se comparada com a desmobilização. Para mais detalhe vide: Tajú, G.; 1992; "Processos inconclusos pendentes: e gerações de desmobilizados e reintegrados na sociedade civil", Maputo, CEA: 10

⁴⁰ Antigos combatentes, serve para designar militares que participaram na luta de libertação nacional desde 1964 até 1975 altura da independência do país.

Apesar de positiva, a questão da desmobilização das tropas também incluía a destruição de arsenais. Todavia, consideramos que este é um processo não terminado e que requiere ainda muito trabalho e confiança entre as partes.

1.2.1. Especificidades da desmobilização das mulheres

Em Moçambique especialmente na cidade de Maputo, a mulher representa mais de metade da população (Vide Anexo V).

Importa aqui referir que trabalhamos com diferentes grupos de desmobilizadas classificadas do seguinte modo:

- (i) mulheres desmobilizadas antigas combatentes mas que até a data da desmobilização desempenhavam funções como militares.
- (ii) mulheres desmobilizadas antes e depois da aprovação do SMO.
- (iii) mulheres desmobilizadas raptadas.

Devido a natureza de trabalho "burocrático" exercido pelas mulheres, desmobilizadas do Governo, elas foram afectas em instituições militares localizadas nos centros urbanos. Por essa razão, grande parte delas residiam nos centros de acomodação para militares ou nas suas próprias casas. Constatamos que, por representarem um número pequeno dentro da estrutura militar não houve uma necessidade de se criarem condições específicas para a sua desmobilização como por exemplo, um CA só para mulheres.

Como resultado, a desmobilização das mulheres militares do Governo ocorreu em parte nas unidades militares onde estavam colocadas, como nos conta Jacinta Jorge:

"Eu trabalhava no Comissariado Político Nacional, e foi lá onde fui desmobilizada. O meu nome constava na lista dos militares a serem desmobilizados ali (...)" (Jacinta Jorge, Fevereiro/ Março/98)

Verificamos que as mulheres ex-militares deficientes das forças governamentais tiveram que se deslocar ao CA da Matola para sua desmobilização como nos conta uma entrevistada:

"Depois de ter contraído ferimentos na guerra e ter perdido as duas pernas passei a ficar em casa. Mas quando chegou a desmobilização informaram-me que tinha que ir a Matola porque os outros deficientes estavam sendo ali desmobilizados. Os homens ficavam lá, mas as mulheres tínhamos que ir e vir todos os dias." (Georgina Chichongue, Fevereiro/Março/98)

Para além das Questões Militares, O AGP estabeleceu também critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos⁴¹. Com o estabelecimento da RENAMO na cidade de Maputo houve um afluxo de membros, homens e mulheres envolvidos nas comissões de trabalhos, actividades políticas do

⁴¹ Sobre a formação, funcionamento e reconhecimento de partidos políticos, vide Protocolo II, Assembleia da República, 1992:11-16

partido, e outros, que estavam temporariamente a viver no Hotel Cardoso. Este grupo de ex-militares foram ali desmobilizados como nos conta uma entrevistada:

“Quando acabou a guerra eu estava na província de Inhambane. Depois recebi ordens para vir a Maputo para trabalhar na futura sede, e fiquei temporariamente no Hotel Cardoso onde fui desmobilizada”. (Maria de Fátima Neto, Fevereiro/Março/98).

Porque o exército tinha mais homens do que mulheres, a desmobilização esteve direccionada aos homens. Por conseguinte, houve pequenos aspectos que no acto da desmobilização não foram tomados em consideração. Como resultado, algumas mulheres acreditam que houve muita diferença de tratamento entre homens e mulheres durante a desmobilização, como nos confirma uma das fontes:

“Fomos discriminadas e esquecidas. Todas as roupas, calçados e outros bens materiais e produtos alimentares foram distribuídos aos homens. As poucas mulheres que conseguiram foi porque conheciam alguém que lhes podia facilitar. As desmobilizadas da RENAMO estão numa situação muito pior. Sentimo-nos marginalizadas (...)”⁴².

⁴² Desmobilizadas de Guerra; Luta pela Igualdade de Direitos 1996 - In: Fórum Mulher, Boletim Informativo, N.7:16-17; Maputo

Poucos foram os casos de mulheres que receberam roupa feminina. Como nos confirma uma desmobilizada:

"(...) eu recebi uma capulana pequena para além da roupa masculina"
(Celestina Manuel, Fevereiro/Março/98).

A não concentração de mulheres militares nos Centros de Acantonamento fez com que grande parte delas não tivesse acesso a informações básicas, como por exemplo, qual a função do SIR, da CORE e de outros órgãos criados no âmbito do AGP. Como resultado, viram-se impossibilitadas de fazer exigências sobre qualquer assunto relacionado com o processo de desmobilização.

Podemos portanto concluir que o processo de desmobilização registou algumas diferenças de tratamento entre homens e mulheres.

1.3 Programas de desenvolvimento e reintegração

O processo de reintegração iniciou-se com a desmobilização dos militares, e tinha por objectivo criar condições básicas para o regresso dos ex-militares à vida civil. Esse processo incluiu programas que eram dirigidos exclusivamente aos militares e suas famílias. Para a implementação da reintegração económica e social dos militares desmobilizados foi criada a CORE cuja tarefa era planear, organizar e regular os procedimentos dos diferentes pacotes dirigidos aos desmobilizados. Esta comissão,

contou com o apoio técnico e monetário dirigido as comunidades em apoio as iniciativas locais.⁴³

Relativamente aos programas de reintegração⁴⁴, destacaram-se os seguintes:

- (i) Programa de Formação e Kits - este programa visava formar os desmobilizados como artesãos, canalizadores, carpinteiros, ou seja fornecer formação técnica. como forma de facilitar o auto-emprego. Como suplemento da formação, os beneficiários receberam os respectivos kits. Este programa esteve sob responsabilidade do PNUD.
- (ii) Esquema de Apoio e Reintegração - este programa esteve virado para a fase inicial de reintegração dos ex-combatentes, e consistia no pagamento de subsídios aos desmobilizados durante 18 meses até se encontrarem reintegrados.⁴⁵ O programa foi financiado pelo PNUD e implementado pelo BPD.
- (iii) Programa de Políticas e Identificação de Emprego - este programa iria ser implementado através de Serviços de Informação e Referência (SIR). O SIR foi estabelecido para cobrir as lacunas registadas durante o processo de desmobilização. Este serviço servia também para fornecer aos desmobilizados, toda informação necessária relativa às oportunidades de trabalho nas províncias promovendo assim a reintegração social e

⁴³ Programa de consolidação de assistência humanitária, 1994: Departamento das Nações Unidas para Assuntos Humanitários: 12-13

⁴⁴ Borges Coelho & Vines, 1996:42-43. Vide descrição sobre os objectivos do programas dirigidos aos desmobilizados.

⁴⁵ Para uma abordagem mais detalhada sobre os procedimentos quanto aos pagamentos, instituições envolvidas, Vide: Borges Coelho & Vines, 1996:42-43

económica dos ex-combatentes

- (iv) Fundo Provincial para Reintegração dos Soldados Desmobilizados - este programa tinha por objectivo financiar pequenos projectos de impacto imediato, de acordo com as iniciativas apresentadas pelos ex-militares.⁴⁶

Estes programas foram concebidos com o objectivo de reduzir o impacto da desmobilização sobre a sociedade, e também serviam para se evitar a concentração de desmobilizados numa determinada área. Contudo, o tempo de duração dos programas de reintegração foi bastante curto se compararmos com os objectivos que se pretendia que fossem alcançados a longo prazo. Outro aspecto a ser considerado, foi a existência de um número grande de beneficiários, o que requeria a existência de instituições preparadas para dar assistência aos desmobilizados nos locais escolhidos para sua fixação.

A fraca economia do país, e a dependência da ajuda internacional não permitiu alcançar resultados imediatos de reintegração.

1.3.1. A mulher desmobilizada e os programas de reintegração

Neste espaço pretendemos analisar até que ponto as mulheres desmobilizadas foram abrangidas pelos programas de reintegração e de que forma neles tomaram parte. Para 10 ex-militares por nós inquiridas, o processo de desmobilização terminou depois da

⁴⁶ Provincial Fund for the Reintegration of Demobilized Soldiers” citado por Borges Coelho & Vines; 1996, op.cit.43

obtenção do cartão e do respectivo kit do desmobilizado. Constatamos que por não terem sido acantonadas nos CAs, as ex-militares não tiveram acesso a informação sobre os programas de reintegração, e poucas sabiam da existência do SIR. Verificamos que, as associações, nomeadamente ADEMIMO e AMODEG, funcionaram como centros de informação como nos conta Isaura:

"(...) eu soube do "Programa de Formação e Kits", através de uma conversa na ADEMIMO. Tive que procurar saber porque ninguém dizia nada, só sabíamos que havia dinheiro para desmobilizados"(Isaura José, Fevereiro/Março/98)

O baixo nível de escolaridade acrescido de todo um conjunto de procedimentos burocráticos dirigidos às agências internacionais envolvidas no processo fez com que 3 desmobilizadas não obtivessem resultados, como foi o caso da Florinda. Vejamos o que nos conta:

"Disseram-me para elaborar uma proposta de projecto, só depois iria receber financiamento. Pedi ajuda do meu irmão, ele escreveu e depois foi deixar na OIM. Até hoje não recebi nenhuma resposta" (Florinda Intorina, Fevereiro/Março/98)

As restantes desmobilizadas tiveram acesso a pelo menos um programa de formação.

Pudemos concluir que, a falta de informação e de organização foi uma das causas principais do não acesso aos programas de reintegração previstos no âmbito do AGP.

1.3.2. Benefícios dos programas de reintegração

Com os programas de reintegração, os desmobilizados iriam desenvolver alguma actividade de rendimentos para o seu auto-sustento.

Verificamos que, todas as desmobilizadas tiveram acesso ao "Esquema de Apoio à Reintegração". Esta aderência deve-se ao facto do programa ter sido introduzido na fase inicial da desmobilização e ter sido estabelecido na base daquilo que os ex-militares vinham recebendo no exército. Cerca de 13 mulheres beneficiaram do Programa de Formação e Kits. As mulheres por nós entrevistadas foram encaminhadas para o curso de "Corte e Costura" tendo, no fim do curso, recebido uma máquina de costura para iniciarem com as actividades. Pelo que pudemos constatar das nossas entrevistadas, apenas 1 desmobilizada queria trabalhar na área da costura, contudo alegou a baixa qualidade das máquinas atribuídas, e a dificuldade de manutenção. Vejamos o caso de uma das desmobilizadas:

"(...) optei pelo curso de costura como solução, para no fim atribuírem-me uma máquina de costura que funcionou menos que dois meses e não é possível arranjar peças." (Suzana Félix, Fevereiro/Março/98)

⁴⁷ Borges Coelho & Vines, 1996:42-43

As restantes queriam fazer outros cursos como nos afirma Marta:

"Gostaria de ter feito um curso de computadores ou de contabilidade para poder trabalhar em qualquer instituição. A minha máquina de costura está guardada em casa porque as pessoas preferem comprar roupa de segunda mão que é mais barata". (Marta Joaquim, Fevereiro/Março/1998)

Verificamos que as mulheres dão importância ao trabalho permanente que lhes garanta um salário mensal. As desmobilizadas lamentam o facto das empresas de segurança darem preferência apenas pelos desmobilizados homens marginalizando mais uma vez a mulher.

Quanto aos benefícios, todas as ex-militares por nós entrevistadas alegam ter passado grande parte das suas vidas no exército para em troca receberem pouco como compensação. A falta de cuidado na atribuição de materias de trabalho, especialmente a este grupo, criou ressentimento no seio das desmobilizadas. O argumento frequente por elas utilizado é a longa permanência no exército e que tanto como os homens as privou de certas oportunidades na vida civil.

CAPÍTULO 4: PERFIL ACTUAL DAS MULHERES DESMOBILIZADAS

Neste capítulo, pretendemos fazer uma análise sobre a situação actual da mulher desmobilizada e, através da apresentação do seu perfil, tentamos ver o que o processo de desmobilização significou para estas mulheres.

1.4 Nível de escolaridade e formação das mulheres desmobilizadas

Em Moçambique tal como em toda a África, o acesso à educação escolar constitui um problema que afecta a sociedade. As barreiras raciais, de classe, religião e de sexo existentes no país durante o regime colonial, dificultaram o acesso de grande parte das populações locais às instituições de ensino.

Depois da independência nacional, em 1975, houve uma expansão da rede escolar nas zonas rurais e urbanas, e a educação passou a ser acessível a todos. Entretanto, com o desencadear da guerra civil pouco depois da independência, muitas escolas foram destruídas e várias outras tiveram que ser encerradas. A consciência nacionalista que se vivia no período pós independência, de defender a pátria contra o inimigo, conduziu ao recrutamento massivo de estudantes para o exército, deixando-os sem a possibilidade de concluírem com os estudos.

Pelo que podemos observar (Vide Anexo II), 7 mulheres desmobilizadas não concluíram com a instrução primária, sendo estas as que começaram a estudar depois da independência. Por outro lado, 17 mulheres entrevistadas concluíram o ensino primário antes de serem militares. As restantes 2 ex-militares concluíram o ensino médio depois da sua desmobilização.

Ao longo das nossas entrevistas, observamos que a guerra é a causa principal apresentada pelas nossas desmobilizadas para justificar o seu nível de escolaridade. Também, pelo que pudemos analisar da nossa amostra, algumas mulheres entrevistadas só tiveram acesso à escola depois da independência nacional e com uma idade já muito avançada. Constatou-se que, por esse motivo, algumas foram recrutadas para o serviço militar.

Com a destruição maciça de escolas durante o conflito armado, houve em todo o país, grandes movimentações de pessoas para áreas que ofereciam maior segurança. Este fenómeno fez com que muitos estudantes não pudessem continuar com os seus estudos, por falta de vagas nas escolas em funcionamento, como nos explica uma entrevistada:

“Estava na 4.ª classe em Gurué, e estava numa situação em que não consegui matricular-me porque não havia vaga. Para não ficar sem fazer nada voluntariei-me para a tropa. Tentei estudar mais tarde, mas como já tinha filhos não consegui” (Celestina Manuel, Fevereiro/Março/98).

Muitas mulheres viram-se impedidas de estudar devido aos constantes ataques armados às escolas e centros educacionais que frequentavam. Verificamos que algumas mulheres apresentavam ferimentos, contraídos por minas. Devido à guerra, a situação ficou mais difícil ainda, como nos conta a Georgina:

“Estava a estudar na 6ª classe no Centro de Chiduachine quando o meu nome saiu para cumprir o SMO. Encaminharam-me para o Comando Militar de Chibuto, tinha 14 anos, quando pisei uma mina e perdi as 2 pernas. Desde então não consegui estudar (...)” (Georgina Chichongue, Fevereiro/Março/98).

A frequência escolar feminina é, em muitos dos casos, inferior à dos rapazes, em quase todas as idades e regiões do país. A agravar essa situação estão os factores tradicionais: as mulheres nascem, crescem sob uma rígida educação tradicional e são frequentemente obrigadas a casarem-se cedo, o que as leva a abandonarem as escolas.

Segundo Zucula⁴⁸, tanto nas áreas rurais como urbanas, não parece haver uma intenção deliberada em diferenciar rapazes e raparigas quando se considera o acesso ao ensino. Esta autora realça a necessidade de sobrevivência como prioridade absoluta que orienta a organização das actividades dos membros da família. Porque os homens são vistos como potenciais geradores de rendimento para a família, por vezes a prioridade de ensino vai para o filho homem, como nos diz uma das desmobilizada:

⁴⁸ Zucula; Carmen Medeiros, 1994 -: “Aspectos sócio-culturais relacionados com a frequência escolar das raparigas em Moçambique”, in *Eu Mulher em Moçambique*,: Maputo, CNUM/AEMO:189-214.

"Devido a condições financeiras que os meus pais atravessavam tive que deixar de estudar para dar lugar ao meu irmão mais novo. Por esse motivo, voluntariei-me para a tropa" (Clotilde da Encarnação, Fevereiro/Março/98)

Com a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE), houve um agravamento do custo de vida, elevando também o custo do ensino, especialmente a matrícula, material escolar, propinas, e outros. Este agravamento de preços no sector da educação, impediu mais uma vez o regresso à escola de grande parte das desmobilizadas.

Constatamos que o nível educacional baixo das mulheres deve-se em parte à herança colonial de analfabetismo. Esta situação, foi agravada pela interrupção dos estudos causado pelas guerras. Verificamos, também, que a integração e participação das mulheres no exército foi na maior parte dos casos contra vontade das ex-militares. As poucas voluntárias fizeram-no por falta de ocupação. Notamos que das poucas voluntárias, todas elas candidataram-se na perspectiva de retomarem com os estudos depois de dois anos de cumprimento do SMO, o que de facto não aconteceu.

Entretanto, mantemos algumas reservas em relação aos níveis académicos declarados porque algumas desmobilizadas mostraram-se pouco seguras quanto ao nível de escolarização realmente atingido e não nos foi possível confirmar a informação colhida.

A formação joga um papel fundamental na vida das pessoas, e tem por objectivo capacitá-las e dotá-las de conhecimentos e habilidade de modo a integrarem-se no mundo de trabalho. Pelo que pudemos constatar da nossa amostra, durante o cumprimento do serviço militar, as desmobilizadas foram aprendendo vários ofícios sendo de destacar, o secretariado, mecanografia, mecânica, operador de rádio, e outros. (Vide Anexo III).

Verificamos que alguns trabalhos exercidos pelas ex-militares das forças governamentais, poderiam ter sido reforçados através de cursos de formação. Todavia, nenhuma delas mostrou conhecimentos teóricos, apenas experiência de trabalho. Esta situação é agravada pelo facto da experiência de trabalho ter-se resumido ao círculo militar o que agora dificulta a sua integração no mercado de trabalho, actualmente mais exigente.

Srivastava⁹ supõe que, dependendo do nível de educação, da experiência de trabalho no exército e da sua escolha de reintegração, deve ser possível conceber programas especiais de formação para emprego independente das mulheres, de acordo com as suas necessidades. A melhor abordagem consiste em localizar locais de formação e fornecer orientação e programas de preparação antes da formação técnica e comercial. Todos os programas de formação devem ser abertos as mulheres, e o acesso a crédito e serviços de apoio dever-se-ia ser-lhes facilitado. Existem várias propostas e estratégias

⁹ Srivastava, R., 1994:38-39

de formação para emprego independente ou trabalho específico cujo objectivo é fornecer uma mistura de qualificações técnicas e de gestão para aumentar as possibilidades de arranjar emprego.

As habilidades desenvolvidas nos trabalhos executados pelas desmobilizadas no exército, poderiam ser melhoradas a partir do aperfeiçoamento de técnicas novas para poderem entrar no mercado de trabalho. Entretanto, é necessário ter-se em consideração as exigências do mercado e do interesse do indivíduo em questão para se evitar situações como estas:

"(...) mandaram-me fazer o curso de Corte e Costura e depois atribuíram-me uma máquina de costura. Há muita roupa de segunda mão à venda e é difícil fazer negócio. Eu gostaria ter feito um curso de computadores (Isaura José, Fevereiro/Março/98).

Das 26 mulheres desmobilizadas entrevistadas, todas foram enviadas para o curso de corte e costura. Deste grupo, 20 mulheres queriam fazer outros cursos de formação, mas não lhes foi dada a atenção devida. Como resultado, nenhuma das entrevistadas pratica esta actividade.

Antes da implementação dos cursos, era necessário fazer um estudo de mercado, porque se está a tratar com um grupo específico de pessoas, ou seja ex-militares mulheres que nunca estiveram em contacto com o mundo de trabalho "civil". Nesta ordem de

ideias, elas precisariam de operar em áreas de negócio onde não estariam a competir com pessoal graduado e profissional.

De um modo geral, podemos concluir que as mulheres desmobilizadas são pessoas que foram incorporadas nas forças militares sem nenhuma formação, e sem alguma educação relevante. Mesmo depois da sua integração no exército, não receberam nenhuma formação teórica capaz de comprovar as suas habilidades no sector civil. A questão da formação pode não ser considerada como a solução dos problemas dos desmobilizados, mas deveria ser considerada como uma estratégia de reintegração dos ex-desmobilizados, através do aperfeiçoamento do conhecimento prático já obtido durante a guerra.

1.5 Ocupação das mulheres desmobilizadas

Antes de começarmos a analisar os nossos dados, pretendemos esclarecer alguns termos que utilizamos neste trabalho, que se encontram referidos num dos nossos anexos (Vide Anexo IV):

- O termo "Trabalho assalariado", serve para indicar as mulheres que trabalham numa instituição pública ou privada e que recebem em troca um salário mensal constante;
- O termo "Sem Salários", serve para indicar as mulheres que executam trabalhos e não recebem salários;

- Por sua vez o termo "Négocio Informal" serve para referir as actividades diversas e irregulares que as mulheres desenvolvem cujo rendimento depende do volume de trabalho.

De acordo com a nossa amostra, 3 mulheres ex-militares são trabalhadoras assalariadas, e fazem parte deste grupo as mulheres com os níveis académicos mais altos da nossa amostra. O maior grupo é constituído por 17 mulheres desmobilizadas que executam trabalhos em troca de nenhum salário. Este grupo de mulheres desmobilizadas ocupam grande parte do seu tempo na ADEMIMO e na AMODEG, das quais são membros. Nesses locais as mulheres executam trabalhos de limpeza, protocolo, preparação de comida, e por vezes dactilografia.

Constatamos que apesar da existência da Liga Feminina dentro das associações, as decisões são tomadas pelo homens. São os homens que elaboram as propostas de projectos e que definem prioridades, em consequência do baixo nível de escolaridade das mulheres. Vejamos o que nos conta uma desmobilizada:

"(...) temos participado em encontros, mas quando se trata de projectos de rendimento destinado a mulheres somos excluídas. Estamos aqui só para não ficar em casa sem fazer nada" (Suzana Félix, Fevereiro/Março/98).

Algumas mulheres desmobilizadas tinham apenas os subsídios de reforma como fonte de rendimento. O valores estimam-se entre 200.000,00MT e 400.000,00MT e, é

por elas considerado muito baixo. Todavia, elas alegam que esta situação é consequência da atribuição da categoria de “oficiais sem patentes” a que grande partes delas esteve sujeita.

“Durante a guerra civil, que durou cerca de 16 anos no país, as mulheres combateram nas fileiras dos exércitos lado a lado com os homens. No entanto, aquando do processo de desmobilização e de atribuição de reformas com os seus respectivos subsídios, as mulheres foram muito prejudicadas. A maior parte delas não usufruiu desses direitos. (...) Esta situação afectou muito a minha reforma. Pois eu não tive os mesmos direitos que os meus colegas da mesma categoria. A ONUMOZ considerou-me uma militar simples porque eu não tinha patentes. (...) Quanto às mulheres, o seu desempenho ficou esquecido na história de um conflito que lhes cobrou a maior parte da sua juventude”⁵⁰

Verificamos que grande parte da mulheres desmobilizadas por nós entrevistadas pouco sabem sobre o critério de atribuição de subsídios de reforma. É comum entre as ex-militares usarem expressões como “simpatias”, “protegidos” na atribuição dos subsídios, como nos conta uma desmobilizada:

⁵⁰ Desmobilizadas de Guerra, 1996:16-17

(...) só porque sou casada não me pagam o meu subsídio de reforma. Eu também tenho direito porque fiquei 17 anos no exército e actualmente não tenho trabalho" (Felizarda Inacio, Fevereiro/Março/98).

A pressão financeira vivida nos últimos tempos com a introdução do PRE, aliada à vontade crescente de ingressar no mercado de trabalho, fazem com que a mulher contribua cada vez mais para o sustento da família através do emprego.

Depois da II Guerra Mundial, as cidades africanas eram cidades de homens, com 30 a 40 mulheres, em média, para cada 100 homens. Hoje, assiste-se a um cenário diferente, havendo muito maior equilíbrio entre homens e mulheres. Contudo, as mulheres continuam, apesar de tudo, a serem excluídas dos sectores mais importantes da vida urbana, como o da economia formal. Essa exclusão do sector formal é devido ao fraco nível de escolaridade, à discriminação na admissão nas empresas e no sector público porque as mulheres têm mais responsabilidades familiares e os níveis de absentismo são maiores. Sendo a agricultura familiar uma das actividades mais praticadas pelas mulheres em Moçambique, esta não constitui uma alternativa viável para a maioria das cidadinas, de modo que, o sector informal é o recurso mais importante para fazer face à subsistência familiar⁵¹.

Um estudo piloto realizado no Bairro George Dimitrov, em Maputo, sobre a inserção da mulher no sector informal, concluiu que a mulher constitui, pelo menos nas

⁵¹ Andrade, Ximena; 1992; "Para uma reflexão sobre o sector informal cidadão" – In: *Estudos Moçambicanos* N.11/12; CEA/UEM;:79-92



zonas urbanas e suburbanas, a principal mão de obra empregue no sector informal.³²

Todavia, pelo que pudemos constatar da nossa amostra, o número de mulheres que praticam esta actividade é bastante reduzido. A baixa afluência de mulheres desmobilizadas no sector informal é devida, em parte, pela falta de capital inicial para começar qualquer actividade.

Por ser uma actividade informal o acesso ao crédito bancário é limitado por falta de garantia de retornos seguros e por insuficiência de património. Assim, o negócio consiste no comércio de produtos de baixo rendimento tais como doces, caixas de fósforos, cigarros avulso e por vezes refrescos, como nos conta uma desmobilizada:

“Aqui na Zona Militar se eu tivesse dinheiro teria muito rendimento com a venda de cigarros, porque como você sabe aqui é uma zona de vício, mas onde arranjar? Pelo menos fico aqui a frente do prédio, converso e passo o tempo”
(Anastácia Chiquirinha, Fevereiro/Março/98).

No entanto, estima-se que 55% das mulheres cidadinas, no geral, se dedicam ao negócio informal.³³

Segundo Srivastava, em quase toda a África, muitas micro-empresas são dirigidas

³² Promoção da Mulher, 1997, “Estratégias de Género nos projectos da Fundação Friedrich Ebert em Moçambique”, Maputo, FFE/FES:21-32

³³ Sandhop, C.; 1994: - “A importância e as consequências do Sector Informal para a economia nacional” In: A Mulher no Sector Informal; Relatório Final do Seminário, FFE, Maputo

por mulheres. Grande parte delas estão ocupadas em actividades de baixo rendimento incluindo a transformação de alimentos e o comércio. Porém, também se encontram mulheres que praticam actividades de grande rendimento do sector informal incluindo transporte, pequenas reparações mecânicas, embalagens, etc. Ao mesmo tempo, o autor lembra que a mulher tem várias limitações tradicionais, sócio-culturais e legais que afectam todas as actividades por elas desempenhadas. Contudo, este apresenta a "formação" como um possível elemento para vencer esses obstáculos dando acesso a trabalho de grupo e a actividades não tradicionais. Existem vários modelos e estratégias de formação para emprego independente ou trabalho específico, cujo objectivo é fornecer uma mistura de qualificações técnicas e de gestão para aumentar as possibilidades de encontrar trabalho remunerador que nos são apresentados pelo autor⁴.

Nubler, afirma que existem dois conceitos diferentes nos permitem fazer a distinção das habilidades, em termos de transferência da vida militar para a vida civil. O primeiro é denominado "Abordagem inter-ocupacional" e se distingue em qualificação funcional e extra-funcional. As qualificações funcionais estão relacionadas com a execução, experiência, conhecimento e habilidades requeridas por um determinado trabalho. As extra-funcionais referem a qualificações económicas e técnicas sem vínculo a um tipo de trabalho específico. Estes englobam aptidões como: comunicar, cooperar, pensamento lógico, domínio de linguagem simbólico, criatividade, etc. A acrescentar às

⁴ Srivastava, R., 1994:38. "... dependendo de um certo número de factores, podem conceber-se modelos diferentes de formação para emprego independente dentre eles. A possibilidade de combinar qualificações técnicas e comerciais num programa de formação seguido de um estágio prático de produção e comércio. Isto seria uma resposta imediata, utilizando o que há disponível de instituições, material de ensino e instrutores. Relativamente a um dos modelos para trabalho específico, o autor supõe que os patrões independentes, as micro-empresas e os pequenos comercios da extremidade do sector informal podem ser persuadidos a aceitar um número pré-estabelecido de estagiários/aprendizes contra um subsídio por estagiário. Para mais informação vide referência acima.

qualificações económicas, existem as qualificações sociais tais como o zelo, responsabilidade, sobriedade, flexibilidade, capacidade de ajustamento, abertura para aprendizagem constante e oportunidade para libertação das acções.⁵⁵

No nosso trabalho, iremos concentrar- nos nas qualificações extra funcionais que podem ser transferíveis entre diferentes tipos de profissões e, portanto, transferíveis do sector militar para o civil. Esta qualificação pode ter sido adquirida durante o tempo de permanência no exército a diversos níveis. Primeiro, argumenta-se que o treino no uso de armas e equipamento de apoio recebido pelos soldados podem influenciar mudanças no nível afectivo. Supõe-se que os resultados adquirem atitudes modernas e aptidões através do trabalho com maquinaria moderna seguindo instruções, entre outras regras.⁵⁶

O conceito de transferibilidade pressupõe dois tipos de habilidades gerais, primeiro refere-se àquelas que são transferíveis entre diferentes profissões e as de uma profissão particular os quais são transferíveis entre firmas ou sectores. Outras habilidades são identificadas como gerais e extra-funcionais que são transferíveis do sector militar ao civil.

Grande parte das desmobilizadas do antigo exército governamental alegam que quando militares desempenharam vários trabalhos e que poderiam continuar a exercer as mesmas funções, ou mesmo melhorar os conhecimentos através de cursos de

⁵⁵ Nubler, *op.cit.* pp.6 citado por Malache, A.M.A., *op.cit.* pp.42-44

⁵⁶ Ball,N.(1988); "Security and economy in the third world"; London, Adamantine Press; pp.300, citado por Malache,A.M.A., *op. cit.* pp.44

capacitação. Contudo, não lhes foi dada esta oportunidade, como nos confirma uma entrevistada:

"(...) eu trabalhava na área de secretariado, mas quando me desmobilizaram havia vaga para o posto que eu ocupava no Comissariado Político, só que preferiram recrutar outras pessoas para o meu lugar porque tinham curso de computador. Porque que é não me mandaram para um curso como outras instituições fazem com seus trabalhadores? Mas não, deixaram-me no desemprego e puseram pessoas jovens que têm a 12ª classe que podem conseguir emprego. Não sou eu com quase 40 anos e que nunca trabalhou na vida civil que vai conseguir emprego hoje em dia." (Paciência Sitoi, Fevereiro/Março/98).

Segundo Klingebiel⁵⁷, o serviço militar tende a aumentar o valor da capacidade de trabalhar em grupo e de cooperação. No entanto, supõe-se que algumas habilidades ensinadas pelos militares podem beneficiar o sector civil, especialmente as mulheres que executam tarefas de carácter burocrático, trabalhos esse que podem ser transformados de acordo com o desenvolvimento tecnológico. No entanto o sub-aproveitamento das capacidades profissionais deste grupo específico trouxe outras consequências como o desemprego.

À agravar toda esta situação de falta de ocupação, a questão da idade das

⁵⁷ Ibidem, op. cit. pp.44

mulheres desmobilizadas foi um dos aspectos que mereceu atenção. Constatamos que entre as mulheres por nós entrevistadas, um grande número se situa na faixa etária dos 30 aos 40 anos (Ver Anexo II). Estas mulheres raramente conseguem concorrer com mulheres jovens no mercado de trabalho, ou seja, são cada vez mais marginalizadas. Esta situação é suportada por Chingono³⁸ que no seu estudo sobre “Mulheres, Guerra e Transformação na provincia de Manica”, refere que as mulheres mais jovens se adaptam muito melhor e rapidamente aos trabalhos do que as mais velhas e algumas parecem ter sucesso nas suas actividades empresariais.

No que concerne ao sector privado, a selecção dos trabalhadores é mais rígida. As mulheres desmobilizadas viam nas empresas de segurança privadas uma oportunidade de emprego fixo, devido ao enquadramento massivo de ex-desmobilizados. Contudo, a oferta de trabalho é grande parte das vezes dirigida preferencialmente a homens desmobilizados robustos e jovens. As mulheres poucas vezes encontram espaço devido as responsabilidades familiares, que a impedem de trabalhar nos turnos nocturnos, pelo físico e muitos dos casos por serem simplesmente mulheres.

Na tentativa de resolver esta situação, grande parte das desmobilizadas encontram no casamento uma forma de ajuda como nos conta uma das desmobilizadas:

“(...) eu não trabalho, mas se tivesse marido pelo menos havia de trazer alguma

³⁸ M.Chingono; (1994); “Mulheres, Guerra e Transformação na provincia de Manica: uma experiência ambígua - in Arquivo N.16; Maputo, AHM:125-127

coisa para casa. Sendo mulher não consigo ir fazer manifestações à frente da presidência como os homens fazem. Agora sendo solteira, desmobilizada e sem trabalho é mesmo má sorte” (Isabel Mbazine, Fevereiro/Março/98).

A questão da falta de emprego ou de alguma actividade que gere rendimento constitui uma preocupação não só no seio dos desmobilizados como também da população em geral. Pudemos concluir que este grupo tem várias dificuldades de entrar para o mercado formal e por vezes informal, como consequência do baixo nível de escolaridade que interfere a quase todos os níveis.

A longa permanência no exército e, conseqüentemente, a idade já avançada das mulheres é outro factor utilizado pelos empregadores para não admissão desta mão de obra. Acrescido a este factor está a falta de experiência profissional em instituições do sector civil que é tida muitas vezes como uma grande barreira por parte das desmobilizadas para conseguir trabalho.

A falta de dinheiro, contactos de familiares e de amigos para o estabelecimento de alguma actividade informal arrasta mais a situação desesperante das desmobilizadas. Outro aspecto importante é a responsabilidade familiar que elas acarretam consigo. Esta, é frequentemente usada pelos empregadores como uma forma discriminatória quanto à admissão de mulheres para o trabalho.

1.6 Locais de origem e de residência

Pelo que pudemos observar da nossa amostra, a maior parte das desmobilizadas é proveniente das províncias da Zambézia, Maputo e Inhambane. Um número reduzido é originário de Sofala, Cabo Delgado e Niassa.

Por se tratar de guerra de guerrilha a escala nacional, a mobilidade dos combatentes foi muito frequente, devido a necessidades diversas e pelas funções que algumas exerciam. Durante o cumprimento da vida militar todas as mulheres estiveram em mais de duas províncias do país. A transferência de postos, dos seus cônjugues que eram militares, a fuga como resultado da intensificação da guerra são os aspectos apresentados pelas entrevistadas.

Quanto à sua fixação na cidade de Maputo, os motivos apresentados foram a falta de contacto com os familiares nos seus locais de origem desde que entraram para a guerra. Outras afirmam que a cidade de Maputo oferece mais oportunidades e perspectivas quer de trabalho como de continuação dos estudos. O casamento e naturalidade também são vistos no seio das desmobilizadas como razão de sua fixação.

Constatamos que as nossas entrevistadas vivem em diferentes bairros da cidade, algumas em zonas periféricas e outras no centro da cidade. Relativamente as mulheres residentes nos bairros da cidade, 4 mulheres desmobilizadas residem em habitações próprias e fazem parte deste grupo esposas e viúvas de antigos militares, e as antigas

combatentes mas que até a data da desmobilização ainda desempenhavam funções como militares. Verificamos que devido ao estatuto de antigas combatentes conferido a algumas desmobilizadas, logo após a independência nacional, estas tiveram direito a casas para habitação. Vejamos o caso de uma desmobilizada:

“Eu tenho a minha casa que me foi atribuída depois da independência quando vim transferida de Mueda para cá em 1978. (Suzana Félix, Fevereiro/Março/98)

Constatamos que grande parte das nossas entrevistadas, quer nas cidades como na periferia, vive com familiares e amigos. Existe outro grupo de desmobilizadas que ocuparam ilegalmente edificios vazios e destruídos. Outras ainda, habitam nos terraços de alguns prédios da cidade como nos reporta uma moradora de um dos prédios da cidade de Maputo:

“Não pudemos usar o nosso terraço porque lá vivem ilegalmente três famílias de desmobilizados”. (Ema Bai, Fevereiro/Março/98).

A falta de contactos na cidade, e sobretudo a falta de recursos financeiros para alugar quartos ou mesmo dependências é vista como uma das razões para residirem nos bairros periféricos. Poucas são as mulheres que conseguiram construir suas próprias habitações como é o caso destas duas desmobilizadas:

Com o dinheiro da desmobilização e com ajuda do meu irmão, consegui construir a minha palhota aqui no Bairro do Hulene. (Florinda Intorina, Fevereiro/Março/98).

"Eu vivia num dos compartimentos da Vila Algarve, mas fomos obrigados a sair para o Bairro Zimpeto onde nos atribuíram parcelas de terra para construção. (Elisa Alberto, Fevereiro/Março/98).

Podemos concluir que houve grandes movimentações de pessoas civis e militares durante a guerra, por essa razão, algumas das nossas desmobilizadas optaram pela cidade de Maputo.

Quanto aos locais de residência das desmobilizadas, podemos concluir que existe aqui uma grande diversidade de casos. Constatamos que esta situação de falta de habitação é um problema que afecta toda a sociedade. Contudo, a pobreza rural fez com que muitas desmobilizadas depois da sua desmobilização permanecessem na cidade de Maputo, na perspectiva de conseguir emprego ou melhores condições de vida. Consequentemente, a grande concentração de pessoas nos centros urbanos e a construção irregular de casas para habitação acessível ao cidadão comum, levou a um saturamento dos edifícios para habitação um pouco por todo o país. As famílias jogam um papel muito importante na vida de algumas desmobilizadas em termos de acomodação devido às dificuldades financeiras que estas atravessam. Não é uma modalidade comum entre as desmobilizadas alugarem casas ou mesmo quartos.

1.7 Estado civil e tempo de permanência no exército

A nossa amostra (Vide Anexo VI), é composta maioritariamente por mulheres desmobilizadas solteiras e a média de filhos é de 1 para cada. Verificamos que neste grupo, as mulheres nunca tiveram parceiro fixo.

O quadro em anexo mostra a predominância de combatentes desmobilizadas casadas.⁹⁹ Pudemos observar que pelo menos 5 dos parceiros das desmobilizadas são militares e conheceram-se quando ainda exerciam funções militares. A média de filhos é de 3 crianças por casal. O último grupo por nós observado é composto por mulheres ex-militares viúvas. Coincidentemente, todas elas perderam os seus maridos na guerra em diferentes circunstâncias. Estas mulheres são as chefes do agregado familiar e a média de filhos é de 5 crianças.

Quanto ao tempo de permanência no exército pudemos constatar que a média é de 15 anos, sendo 4 anos o tempo mínimo e 30 o tempo máximo. Nas forças governamentais ocorria sempre que os militares ficassem um tempo indeterminado como nos sustenta Tajú, ao afirmar que:

“a desmobilização de pessoas recrutadas na base da lei 4/78 que instituiu um Serviço Militar Obrigatório de dois anos para todos os cidadãos, nunca foi um processo sistemático e planificado e, conseqüentemente, dotado de provisão

⁹⁹ Para este trabalho, consideramos mulheres casadas aquelas que vivem maritalmente isto é com companheiros independentemente de serem casadas oficialmente ou não.

*orçamental para a sua execução como acontecia, regra geral, com o recrutamento*⁶⁰.

Segundo este autor, esta situação dos soldados permanecerem mais do que o tempo regulamentado fez com que em muitos casos estes constituíssem famílias. Este é um dos casos de uma desmobilizada:

"Conheci o meu marido quando eu estava no Comissariado Político da província de Maputo. O meu primeiro filho nasceu em Nampula quando fomos transferidos porque trabalhávamos juntos" (Jacinta Jorge, Fevereiro/Março/98).

Pelo facto da RENAMO ser um movimento guerrilheiro dificilmente poderia executar operações de desmobilização visto que a sua preocupação era ganhar mais apoio da população com vista a implementar a sua política de desestabilização.

Pudemos concluir que as guerras sucessivas que ocorreram no país desde a luta de libertação até ao AGP deixaram pouco espaço para se cumprirem com certas actividades militares, neste caso as desmobilizações dos soldados. Verificamos que, tanto para a RENAMO como para o Governo, a grande preocupação eram conseguirem mais homens para suas fileiras. Outro aspecto por nós verificado é que o serviço militar constitui para as mulheres uma referência comum para as suas vidas.

⁶⁰ Tajú, Gulamo, 1992, "Processos inconclusos, pendentes e presentes: 3 gerações de desmobilizados a reintegrar na sociedade civil", Maputo, CEA/UEM, 76/C:10

CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO

Ao longo do texto constatamos que, apesar de directa ou indirectamente a mulher ter sido parte integrante dos conflitos em Moçambique, ela esteve sujeita a diferenças de tratamento. Apesar da participação da mulher nas guerras ser um assunto controverso, pudemos verificar no nosso trabalho que o papel da mulher esteve dirigido a questões sociais, burocráticas e domésticas, cargos esses que não têm grande relevância na atribuição de patentes. Por essa razão grande número de mulheres estiveram colocadas nas zonas urbanas ou onde existiam estruturas militares em funcionamento. Como o exército é dirigido pelos homens é visto como um círculo fechado, dificilmente a mulher encontrou espaço para fazer valer as suas capacidades e habilidades, mesmo depois de ter sido recrutada na maior parte das vezes compulsivamente.

O recrutamento destas mulheres ocorreu em grande parte nos seus locais de origem em diferentes circunstâncias. A coincidência notável entre as desmobilizadas é o facto de quase todas elas terem servido no exército num período médio de 15 anos, o que constitui uma grande referência nas suas vidas e identidade. Todas as mulheres desmobilizadas por nós entrevistadas sentem-se prejudicadas pelo tempo em que ficaram no exército, e afirmam que este foi um facto que influenciou negativamente nas suas vidas.

Quanto à sua desmobilização, concluímos que, por não estar claro qual o papel da mulher dentro do exército, esta situação arrastou-se até a sua desmobilização.

Constatamos que durante a desmobilização, houve falta de contacto entre as ex-combatentes por se encontrarem espalhadas em diferentes instituições militares. Concluimos que por serem um número pouco significativo, a concepção do processo de desmobilização e reintegração das forças foi dirigida ao homem que representava a maioria, e era visto como um potencial perigo para a paz. Verificamos que fora dos CAs a informação sobre os procedimentos a seguir depois da desmobilização era insuficiente. Por esta razão, muitas mulheres tomaram a sua desmobilização como etapa final do processo de paz.

Quanto à sua origem, as desmobilizadas representam um grupo diversificado, isto é, são naturais de várias províncias maioritariamente da Zambézia e Inhambane. As dificuldades económicas que o país atravessa fez com que as desmobilizadas se fixassem na cidade à procura de melhores condições de vida. Verificamos que a referência “antigo combatentes” na vida das desmobilizadas representa um certo privilégio, não só como ex-militar como também de todas as vantagens que o antigo Governo oferece, incluindo prestígio, habitação e respeito.

Constatamos que quanto à habitação, as famílias e amigos constituem um grande suporte para as ex-combatentes não originárias da cidade de Maputo. Verificamos que para as desmobilizadas casadas, a responsabilidade familiar é mais equilibrada em relação as mulheres viúvas e solteiras.

A guerra e a longa permanência no exército constituem uma das causas do baixo nível de escolaridade das desmobilizadas. A falta de experiência profissional e a deficiente educação escolar básica é uma realidade no seio das ex-combatentes e está directamente ligada ao desemprego.

Quanto ao trabalho, a situação nas cidades é muito instável e difícil. Apesar do negócio informal ser muito praticado pelas mulheres na cidade de Maputo, esta actividade é pouco praticada pelas ex-combatentes, devido a falta de recursos financeiros para investir, falta de experiência e de contactos de confiança.

A condição económica e o baixo nível de escolaridade dificultam o acesso ao crédito por parte da mulher. Verificamos que para o negócio informal, as instituições de crédito não concedem créditos por falta de garantia. Pudemos constatar que, as mulheres deficientes militares sofrem dupla discriminação, por serem deficientes, o que as impossibilita de desenvolver grandes trabalhos, e por não possuírem nenhuma formação.

A nível social, por serem um grupo pequeno, as ex-militares depois da desmobilização estabeleceram uma forte relação de confiança entre elas. As mulheres estabelecem contacto frequente entre elas, de modo que qualquer informação que lhes diz respeito é transmitida muito rapidamente, contrariamente ao que aconteceu durante o processo de desmobilização. Moralmente, as mulheres conformaram-se com a situação de abandono e depositam confiança na suas respectivas associações, que esporadicamente recebem apoios de algumas organizações não governamentais.

No que concerne a sua situação actual, concluimos que não é melhor do que durante o período em que estavam no activo. Porém, é importante sublinhar que as conclusões aqui apresentadas partem de um universo específico, não sendo contudo único e particular se atendermos a que existem desmobilizadas por todo o país.

ANEXOS

ANEXO I

Distribuição de mulheres desmobilizadas por patente

Patências	Quantidade		
	Renamo	Governo	Total
Capitão	1	0	1
Tenente	1	0	1
Alferes	2	1	3
Intendente	0	1	1
1.Sargento	0	5	5
Soldado	4	11	15
Total	8	18	26

Fonte: Entrevistas a desmobilizadas, Fevereiro/Março, 1998

ANEXO II

Distribuição de mulheres desmobilizadas por idade, origem, anos no exército e nível académico

	Nome	Idade	Provincia de origem	Anos no exército	Nível académico
1	Marta Manjate	40	Maputo	18	4 classe
2	Tereza Lucas	35	Zambézia	4	11 classe
3	Paciência Sitoi	33	Gaza	20	4. classe
4	Clotilde da Encarnação	37	Zambézia	20	4. classe
5	Maria Josefa	39	Zambézia	20	5 classe
6	Jacinta Jorge	39	Zambézia	19	11 classe
7	Georgina Chichongue	28	Gaza	9	6 classe
8	Lídia Huo	27	Inhambane	6	3 classe
9	Florinda Intorina	32	Zambézia	18	2.alfabetização
10	Elisa Alberto	35	Zambézia	20	3 classe
11	Suzana Félix	42	Cabo Delgado	30	1. classe
12	Marta Joaquim	40	Maputo	19	6 classe
13	Josefina Sitoi	37	Maputo	17	4 classe
14	Rabelina Manuel	32	Maputo	12	6 classe
15	Isabel Mbazine	32	Maputo	12	1. alfabetização
16	Alice Fernando	25	Maputo	10	3 classe
17	Felizarda Inácio	27	Zambézia	17	2 classe
18	Anastácia Chiquirinha	36	Sofala	19	6 classe
19	Isaura José	28	Inhambane	17	4 classe
20	Mónica Jorge	40	Maputo	19	4 classe
21	Maria Fátima Neto	28	Inhambane	18	6 classe
22	Aleluia Ricardo	33	Niassa	12	6 classe
23	Francisca Paulo	32	Inhambane	7	5 classe
24	Alda Abrão	28	Inhambane	7	4 classe
25	Celestina Manuel	39	Zambézia	12	4 classe
26	Felizarda Sena	39	Inhambane	12	5 classe

Fonte: Entrevistas a desmobilizadas, Fevereiro/Março, 1998

Outros entrevistados:

1. Coronel Mataruca - Ministério da Defesa Nacional, Direcção dos Recursos Humanos
2. Júlio Nimuíre - Presidente da AMODEG
3. Hermínio Morais - Secretário Geral da AMODEG, antigo General desmobilizado da
4. Renamo
5. Mateus Amisse - desmobilizado
6. Lúcia - vizinha de uma das desmobilizadas.
7. Ema Bai - vizinha de uma das desmobilizadas

ANEXO III
Distribuição de mulheres desmobilizadas por função

Função	Nº
Dactilografia e Secretariado	4
Motorista	1
Operador de Rádio	7
Mecanografia	2
Logística	6
Socorrista	2
Enfermagem	1
Mecânica	1
Outras (transporte de material)	2
Total	26

Fonte: Entrevistas a desmobilizadas, Fevereiro/Março, 1998

ANEXO IV

Distribuição das mulheres desmobilizadas por trabalho

Trabalho	Nº
Trabalho assalariado	3
Sem trabalho/sem salário	17
Negócio Informal	4
Outras actividades	2
Total	26

Fonte: entrevistas a desmobilizadas, Fevereiro/Março, 1998

ANEXO V
Distribuição por sexo da população da cidade de Maputo

Distrito	População (em milhares)						Índice de masculinidade
	Total	%	Hom.	%	Mulh.	%	
Total	966	100%	470	48%	496	51,3%	94,8%
Distrito N.1	154	100%	77	50%	77	50,0%	100,0%
Distrito N.2	161	100%	79	49,1%	82	50,9%	96,3%
Distrito N.3	209	100%	101	48,3%	108	51,7%	93,5%
Distrito N.4	230	100%	111	48,3%	119	51,7%	93,3%
Distrito N.5	212	100%	102	48,1%	110	51,9%	92,7%

Fonte: II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Resultados preliminares, Censo 97 - Instituto Nacional de Estatística

ANEXO VI

Distribuição das mulheres desmobilizadas por estado civil, número de filhos e tipo de habitação

	Nome	Estado Civil	Nº de Filhos	Habitação
1	Marta Manjate	Solteira	2	Familiars
2	Tereza Lucas	Casada		Familiars
3	Paciência Sitoi	Viuva	5	Própria
4	Clotilde da Encarnação	Casada	4	Própria
5	Maria Josefa	Casada	2	Aluguer
6	Jacinta Jorge	Casada	3	Própria
7	Georgina Chichongue	Solteira	2	Familiars
8	Lídia Huo	Solteira	1	Familiars
9	Florinda Intorina	Viuva		Própria
10	Elisa Alberto	Solteira	1	Própria
11	Suzana Félix	Solteira	4	Própria
12	Marta Joaquim	Solteira	1	Familiars
13	Josefina Sitoi	Viuva	5	Familiars
14	Rabelina Manuel	Solteira	1	Familiars
15	Isabel Mbazine	Solteira		Familiars
16	Alice Fernando	Solteira	2	Familiars
17	Felizarda Inácio	Casada	5	Própria
18	Anastácia Chiquirinha	Solteira		Familiars
19	Isaura José	Solteira		Familiars
20	Mónica Jorge	Casada	3	Aluguer
21	Maria Fátima Neto	Solteira	1	Familiars
22	Aleluia Ricardo	Casada	3	Familiars
23	Francisca Paulo	Solteira		Familiars
24	Alda Abrão	Solteira	2	Amigos
25	Celestina Manuel	Solteira		Familiars
26	Felizarda Sena	Casada	3	Familiars

Fonte: entrevistas a desmobilizadas, Fevereiro/Março, 1998

BIBLIOGRAFIA

1. ACORDO GERAL DE PAZ (1995): Boletim da República; Assembleia da República
2. ACORDO GERAL DE PAZ (1992): Assembleia da República
3. ANDRADE, Ximena (1992): "Para uma refelexão sobre o sector informal cidadão"
In Estudos Moçambicanos N.11/12. Maputo: CEA/UEM
4. BARNES, Sam (1997): "The Socio-economic Reintegration of Demobilized Soldiers
in Mozambique: The soldiers view", Maputo: UNDP/RSS
5. BARNES, Sam (1997): "Reintegration Programme for Demobilized Soldiers in
Mozambique", Maputo: UNDP/RSS
6. BARNES, Sam (1997): "As ONGs em operações de manutenção de paz: seu papel
em Moçambiqu" in Arquivo N.21, Maputo: AHM
7. BOLETIM DA REPÚBLICA (1992): I Série, N.42; 14/10/94
8. BOLETIM DA REPÚBLICA (1985): Lei 4/78 sobre Serviço Militar Obrigatório;
Série N.40; Outubro/85
9. BORGES COELHO, João Paulo & VINES, Alex (1996) "Desmobilização e
Reintegração dos Ex-combatentes em Moçambique" In Arquivo N.19; Maputo:
AHM

10. BORGES COELHO, João Paulo & VINES, Alex (1994): "Pilot Study on demobilization and re-integration of ex-combatants in Mozambique, Oxford: Refugee Studies Programme/Queen Elizabeth House – University of Oxford
11. BORGES COELHO, João Paulo & VINES, Alex (1994): "Demobilization and reintegration of the ex-combatants in Mozambique" - Oxford
12. CEI (1996): " Falam os soldados desmobilizados", Manágua: Centro de Estudos Internacionais
13. CHINGONO, M. (1994): "Mulheres, Guerra e Transformação na Província de Manica: uma herança ambígua" In Arquivo N.16; Maputo
14. DA COSTA, Inês Nogueira; DE LEMOS, Manuel.; BORGES COELHO, João Paulo.(1995): "Arquivo Histórico de Moçambique e a Documentação do Processo de Paz" In : Arquivo N.17; Maputo
15. DATAS E DOCUMENTOS DA HISTÓRIA DA FRELIMO; Unidade, Trabalho e Vigilância; pp. 19-22
16. Demobilization and Reintegration in Mozambique; Refugee Studies Programme; Workshop Report; University of Oxford; CEA/UEM; pp.3-4
17. DAM, R. (1975): "A Woman's Place 1910-1975; London, Chatto and Windus; pp.99-
18. DIPS (1995): "Nasce uma nação: a luta de libertação da Namíbia", Departamento de Informação da SWAPO, Londres: Zed Press.

19. FFE/FES (1997): "Promoção da Mulher: Estratégias de Género nos Projectos da fundação Friedrich Ebert em Moçambique", Maputo: FFE/FES.
20. FÓRUM MULHER;(1996): " Desmobilizadas de Guerra: Luta pela Igualdade de Direitos" In Boletim Informativo N. 16/17, Maputo
21. FRELIMO –DESTACAMENTO FEMININO (1983): The mozambican women in the revolution.
22. GEFFRAY, Christian, (1991): "A Causa das Armas", Porto;Edições Afrontamento
23. História de Moçambique (1983): Volume II. Maputo: UEM
24. ISAACMAN, Barbára & STEPHEN, June (1982): "A Mulher moçambicana no processo de libertação", Maputo: INLD
25. ISAACMAN, Barbára & STEPHEN, June (1978): Women, the low and agrarian reform in Mozambique, Maputo: CEA
26. LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. (1984): "Metodologia de Trabalho Científico", São Paulo.
27. Lista de Mulheres Desmobilizadas (1996): OIM/AMODEG; Maputo
28. MACHAIEIE, Emília Manuela (1987): " A Mulher no Sector Informal", UEM/ Faculdade de Letras; Dissertação para obtenção de grau de Licenciatura em História; Maputo.

29. MALACHE, Adriano Manuel Amade (1997): "Utilização e Desenvolvimento de Recursos Humanos nos Programas de Desmobilização e Reintegração. Formas de sobrevivência e expectativas de combatentes desmobilizados no distrito de Boane", Maputo, UEM/Faculdade de Letras; Dissertação para obtenção do grau de licenciatura em História; Maputo
30. MDN (1994): "Desmobilização e Reintegração Pós Guerra: Resumo da Experiência de Moçambique", Ministério de Defesa Nacional, s/a
31. MINTER, William (1994): "Apartheid's Contras : an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique", SA: WUP.
32. MONDLANE, Eduardo (1968): "Lutar por Moçambique", Lisboa: Sá da Costa
33. MUIANGA, Elisa (1995): "Mulheres e guerra: reintegração social das mulheres regressadas das zonas da Renamo no distrito de Mandlakzi", In Arquivo N.18, Maputo: AHM
34. NORDSTROM, Carolyn (1991): "Women and war: observations from the field" , In Minerva, Vol.IX Spring: Quartetly Report on Women and Military
35. OIM (1996): "Lista de mulheres desmoblizadas", Maputo: Organização Internacional dea Migrações /Julho
36. PARDOEL, Ton (1996): " Demobilization Programme in Mozambique. Review Report, Maputo:UNDP/RSS

37. PARDOEL, Ton (1994): "Demobilization in Mozambique. Socio-economic profile of the group of 92,887 demobilized soldiers as per the end of the demobilization program on 30.11.94", Maputo:UNDP/RSS/December
38. DNUAH (1994): "Programa consolidado de assistência humanitária". UNOHAC
39. SANDHOP, C. (1994): "A importância e as consequências do sector informal para a economia nacional: a mulher no sector informal" Maputo: FFE
40. SANTOS, Boaventura Sousa (1994): "Pela Mão da Alice: o sócio e o político no pós modernidade" Lisboa: Edição Afrontamento
41. SRIVASTAVA, Ramesh (1994): "Reintegração de combatentes desmobilizados: estudo de opções e estratégias de intervenção relacionadas com a formação", Genebra: OIT.
42. II Recenseamento Geral da População e Habitação (1997): Resultados Preliminares; Censo 97; pp.18
43. TAJÚ, Gulamo (1993): "Desmobilização de militares e o desemprego urbano. Moçambique pós-guerra: diálogos e prespectivas", Maputo:CEA/UEM.
44. TAJÚ, Gulamo. (1992): "Processos inconclusos pendentes: e gerações de desmobilizados e reintegrados na sociedade cívil", Maputo:CEA/UEM

45. ZUCULA, Carmen Medeiros (1994): "Aspectos sócio-culturais relacionados com a frequência escolar das raparigas em Moçambique", In Eu Mulher em Moçambique

Maputo: CNUM/AEMO

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Objectivo Central

- Indentificar a situação actual da mulher desmobilizada
- As causas do seu ingresso na vida militar
- Que papel a mulher desempenhou durante o tempo no exército
- Quais são as suas estratégias de sobrevivência

I. Indentificação

1. Nome
2. Idade
3. Local de nascimento
4. Estado Civil
5. Agregado familiar
6. Número de filhos
7. Local de residência

II. Habilitações Literárias

1. Que tipo de escola frequentou?
2. Frequentou até que classe?
3. Se não frequentou alguma escola, porquê?

III. Período pós escola

1. Com que idade deixou de estudar?
2. Porque razão deixou de estudar?

IV. Estado Civil

1. Quando e onde se casou?
2. Se é viuva, o seu marido era militar? Como o conheceu?
3. Se é viuva, o seu marido era seu superior?
4. Se é divorciada, poderíamos contar a sua situação?
5. Por que é que nunca se casou?

V. Agregado familiar

1. Quantas pessoas tem a sua família?
2. Quem é o chefe da família?
3. Que tipo de trabalho o chefe da família faz?

VI. Habitação

1. Com que vive?
2. Tem casa própria ou é alugada?
3. Se é alugada, quanto paga de aluguer?
4. Vive em casa de familiares? Porquê?

VII. Vida Militar/Guerra

1. Quando entrou para o exército? Como?
2. Onde vivia antes de ser militar?
3. Quantos anos tinha?
4. Em que frente tomou parte, RENAMO ou FRELIMO?
5. Qual era sua ocupação na altura em que foi recrutada?
6. Se foi raptada, onde se encontrava e o que é fazia?
7. Se foi raptada, foi pela RENAMO ou pela forças governamentais?
8. Onde fez os treinos militares?
9. Quais eram os critérios de atribuição de patência?
10. Quem atribuía as patências?
11. Alguma vez esteve numa situação de fogo?
12. Contraiu algum ferimento?

IX Período pós guerra

1. Depois doAGP onde se encontrava?
2. Porque razões veio a Cidade de Maputo?

X Desmobilização

1. Quando e onde foi desmobilizada?
2. Esteve em algum Centro de Acantonamento? Se não porquê?
3. O que é aconteceu durante o acto de desmobilização?
4. O que é que sabia sobre a desmobilização?

5. O que é que obteve da desmobilização?
6. Quem foi que a desmobilizou?
7. Quantas mulheres faziam parte do grupo que desmobilizava os militares?
8. Havia alguma diferença entre homens e mulheres no acto da desmobilização?
9. Que razões a levou para se fixar na cidade de Maputo?

X. Programas de reintegração social e económica

1. O que é que sabe sobre os programas de reintegração?
2. Em que é que se beneficiou?
3. Acha que os homens tiveram mais apoio do que as mulheres? Porquê?
4. O que é que esperava dos programas de reintegração?

XI. Situação Actual

1. O que é que faz actualmente? Trabalha ou estuda?
2. Se estuda, qual a classe que frequenta, e quem paga os estudos?
3. Onde trabalha e quanto recebe de salário?
4. Que tipo de negócio faz? Qual é o seu rendimento diário?
5. Quanto recebe de subsídio de reforma?
6. Quais são as suas despesas correntes?
7. Quanto recebe o seu marido, e qual a sua contribuição na despesa de casa?
8. Perspectivas futuras?